

HT-116

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

O Atendimento a Criança Baseado na Comunidade em Moçambique- Análise do
Projecto "Patrocínio á Criança" no Regulamento de Majaua- Posto Administrativo de Derre/
Morrumbala/Zambézia

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção
do grau de Licenciatura em *História* da Universidade Eduardo Mondlane

Ermínio Inácio Jocitala

HT-116

Maputo, 2002

O Atendimento a Criança Baseado na Comunidade em Moçambique- Análise do Projecto
"Patrocínio á Criança" no Regulamento de Majaua- Posto Administrativo de Derre/
Morrumbala/Zambézia


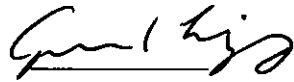
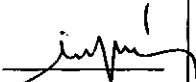

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção
do grau de Licenciatura em *História* da Universidade Eduardo Mondlane

Ermínio Inácio Jocitala

Supervisor: Prof. Doutor Joel das Neves Tembe

Co-Supervisor: Prof. Doutor Gerhard Liesegang

Maputo, 2002

O Presidente	O Júri: O Supervisor	O Oponente	Data
			13/12/02 

364.465-053.2
J63a

F. LETRAS C. E. M.	
R. E.	29261
DATA	13/12/02
AQUISIÇÃO	Jocitala
COTA	HT-116

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau
e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal.

Dedicatória

À memória das minhas irmãs, Clarinha e Isabel

Aos meus pais Inácio Jocitala e Paulina Jairosse

Aos meus irmãos

Baptista, Virgílio, Inácio, Dadinha, Osvaldo, Nabi e Issa

A todos os colegas da Faculdade

A todos os professores do Departamento de História da UEM

Particularmente aos Prof. Doutores

Joel das Neves Tembe e Gerhard Liesegang

Agradecimentos

Endereço os meus agradecimentos ao Prof. Doutor Joel das Neves Tembe, meu supervisor e aos Prof. Doutor Gerhard Liesegang- co-supervisor que, com muita paciência souberam transmitir mesmo a distância o seu conhecimento para que este trabalho fosse realidade.

Estendo os meus agradecimentos particularmente a Universidade Eduardo Mondlane que soube contribuir para minha formação na condição de estudante bolsheiro e, ainda à todos professores do Curso de História da Faculdade de Letras, à todos os colegas do curso, aos funcionários das bibliotecas da Faculdade de Letras, UNICEF, Arquivo Histórico de Moçambique, Ministério da Mulher e da Coordenação da Acção Social, da Direcção Provincial da Acção Social da Zambézia, da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade, ao Director de Operações e do Programa patrocínio a criança, Doutor Ventura Marcos Mazula, aos directores distritais de Saúde/ Acção Social/Educação de Morrumbala, ao chefe do Posto Administrativo de Derre, ao Gestor do Projecto e seus colaboradores pelo inestimável apoio que me concederam.

Súmarío.....	I
Dedicatória.....	II
Agradecimentos.....	III
Resumo.....	IV
Abreviaturas Utilizadas.....	V
Capítulo I: Introdução	
1.1. Generalidades.....	1
1.2. Motivação.....	8
1.3. Revisão Sumária da Literatura.....	9
1.4. Hipótese.....	11
1.5. Metodologias/ Técnicas.....	11
Capítulo II: Contexto Político, Evolução Política e Práticas em relação a Criança em Situação Dificil em Moçambique	
2.1. Introdução.....	13
2.2. Período Colonial.....	14
2.3. Período Pós-Colonial.....	15
Capítulo III: O Projecto, Actividades, Políticas do Governo e a solidariedade das Comunidades de Majaua para as Crianças Órfãs	
3.1. Introdução.....	22
3.2. O Projecto "Patrocínio a Criança".....	22
3.2.1. Criança Patrocinada e não Patrocinada.....	23
3.2.2. O atendimento das crianças no Projecto.....	24
3.2.4.1. A participação das comunidades nas actividades ^{de} desenvolvimento.....	25

3.2.4.2. Os problemas da participação comunitária nas actividades.....	31
3.2.5. Regulado de Majaua- Mecanismos locais de solidariedade com crianças órfãs.....	34
3.2.5.1. Mecanismos tradicionais de cuidados da criança órfã em Moçambique e o seu enquadramento no regulado de Majaua.....	35
3.5.1.2. Razões para as famílias acolherem crianças órfãs.....	37
3.5.2. A importância do Projecto para as comunidades.....	39
3.2.6. O projecto e as políticas do governo.....	40
3.2.6.1. As actividades principais.....	40
3.6.1.2. Educação.....	41
3.6.1.3. Saúde.....	42
3.6.1.4. O projecto no contexto de desenvolvimento.....	44
Capítulo IV: Conclusões.....	45
Bibliografia Consultada.....	49
Anexos	
1. Caracterização de Derre.....	1
2. Descrição do Projecto.....	4
3. História do desenvolvimento.....	7
4. Mapa da província da Zambézia- junto à pág.....	14

Resumo

Moçambique, é um país que logo a seguir a independência em 1975, mergulhou-se num conflito que duraria 16 anos. As perspectivas de desenvolvimento à partida se tornaram nulas porque os seus planos de desenvolvimento não tiveram o devido seguimento. As implicações sociais deste conflito e sobretudo em relação a criança não estão dadas. Muitas crianças se tornaram órfãs, outras simplesmente perdidas devido ao conflito armado.

A política do governo a seguir a independência era a de colocação destas crianças em instituições ou orfanatos. A capacidade de resposta do governo em instituições começou a ser desafiada, por diferentes razões pelo menos a partir dos finais da década de 1970 a meados da década de 1980. A seca dos finais de 70, aliava-se ao conflito que ganhava proporções gigantescas no princípio de 80. Ao governo cabia tomar a responsabilidade social do fenómeno "criança desamparada" que até finais da década de 80 estimava-se em cerca de 250.000.

A política do governo relativamente ao atendimento a criança em situação difícil foi condicionada aos factores relacionados com a guerra, fome, PRE e conseqüentemente o aumento de crianças em situação difícil. Assim, o governo começava a advogar o atendimento baseado na comunidade, na família como forma de dar resposta às implicações dos factores já mencionadas. É esta a tese que é sustentada no presente trabalho, procurando analisar um projecto de atendimento baseado na comunidade, financiado pela Visão Mundial- EUA designado "Patrocínio à criança"

Abreviaturas Utilizadas

ABC- Atendimento Baseado na Comunidade

AHM- Arquivo Histórico de Moçambique

BM- Banco Mundial

CD- Comité de Desenvolvimento

CEA- Centro de Estudos Africanos

DNAS- Direcção Nacional de Acção Social

DPCCN- Direcção Provincial de Combate às Calamidades Naturais

DPMCASZ- Direcção Prov. da Mulher e Coord. da Acção Social da Zambézia

EUA- Estados Unidos da América

FDC- Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade

FMI- Fundo Monetário Internacional

FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique

MMCAS- Ministério da Mulher e Coordenação de Acção Social

OGE- Orçamento Geral do Estado

OMS- Organização Mundial de Saúde

ONG's- Organizações Não Governamentais

PAV- Programa Alargado de Vacinação

PLRF- Programa de Localização e Reunificação Familiar

PRE- Programa de Reajustamento Estrutural

RENAMO- Resistência Nacional Moçambicana

SEAS- Secretaria de Estado da Acção Social

SIDA- Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

UEM- Universidade Eduardo Mondlane

UNICEF- United Nation Children's Funds

URSS- União da Repúblicas Socialistas Soviéticas

VMI- Visão Mundial Internacional

CAPÍTULO I

1.1. Generalidade

No presente trabalho é objectivo fundamental analisar o Projecto "Patrocínio à Criança" no Posto Administrativo de Derre, sobretudo procurar analisar o modelo de atendimento aplicado às crianças e, tentar dar este modelo um significado no quadro da história do País e, sobretudo da Política Nacional de Acção Social e de Desenvolvimento do país em geral.

Moçambique, um dos países mais pobres do mundo, viveu entre 1979 e 1992 um conflito armado. Actualmente Moçambique vive na sombra de consequências combinadas, da guerra, calamidades naturais, desindustrialização e da problemática do HIV/SIDA. Só a guerra teria provocado mais de 1 milhão de mortos e 1 milhão de deslocados¹. Ainda de maior impacto pode ser a epidemia do SIDA. Estima-se que existem 1 milhão de infectados e cerca de 250 mil órfãos, muitos deles sem alimentação assegurada, sem dinheiro para matrículas, livros escolares, deficiências de abrigo etc.

A situação da criança no país em face dos efeitos combinados de diversos factores, não só tem mobilizado esforços por parte do Estado, mais sobretudo de Organizações Não-Governamentais nacionais e estrangeiras para minimizar os efeitos destes sobre a criança. Esta situação mobilizou a Visão Mundial Internacional- Moçambique à semelhança de outras ONG's a lançar um programa de desenvolvimento baseado nas necessidades das crianças designado "Patrocínio à Criança"². Este desdobrou-se em cerca de 20 Projectos no país com um total cumulativo de 30.000 crianças apoiadas, nas

¹ Mause, 1995:1

² Sobre a Filosofia do Projecto leia-se em anexo.

províncias de Zambézia, Nampula, Gaza e Tete. Um destes será analisado aqui, situado no Posto Administrativo de Derre, Distrito de Morrumbala.

De acordo com o Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997, a população do Posto Administrativo de Derre era de 56.891 habitantes, sendo 27.988 mulheres e 28.903 homens. Os grupos populacionais existentes no Distrito e no Posto são Lolo, Lomwè, Sena, entre outros. As línguas mais faladas são Sena, Lolo, Lomwè, também fala-se Macua e Chuabo.

A análise da história de Derre, deverá ser vista, primeiro no contexto da dinâmica sócio-histórica da Província da Zambézia e, em segundo lugar do Distrito de Morrumbala. A situação da criança logo depois da independência, não é dada devido a inexistência de bibliografia específica. É extremamente difícil elaborar um conhecimento que verse sobre a situação da criança no pós-independência. Entendemos fazé-lo em princípio narrando a História do País, da Zambézia e de Derre.

O surgimento do conflito armado, fez Moçambique experimentar dificuldades no que toca à materialização das suas políticas de desenvolvimento. As áreas sociais- Saúde e Educação, de maior impacto nas condições de vida da maioria das populações, representaram parte desta não materialização. As províncias mais afectadas nestes sectores, nas áreas rurais, segundo Abramhansson (1994), foram Tete (88.9%) e Zambézia (81%).³

No Posto Administrativo de Derre, o impacto da guerra sobre estes sectores, embora não haja fontes, pode ser descrito como de maiores proporções, se entendermos que, o Posto foi entre 1982 até 1992, palco de confrontos entre as forças militares Governamentais e

da RENAMO. Ken Wilson (1992) aponta, como é dado, 1982 o ano do início do conflito no Posto. *“O primeiro ataque na Sede foi no dia 28 de Fevereiro de 1982, entraram de Nhanzaza, em 1983 a FRELIMO recuperou, e 1984 não conseguiu manter”*⁴ A RENAMO quando recusasse ia para a sua base Central ainda no Distrito de Morrumbala, no Ndula- Alfazema.⁵

O primeiro assalto foi conduzido pelo notável comandante Calisto Meque e, superiormente coordenado na parte ocidental e central da Zambézia.⁶ O rápido avanço da Renamo neste período deve-se à colaboração das populações locais, provavelmente porque cedo se opuseram aos programas governamentais de desenvolvimento rural, por um lado, e por outro, a força de coação exercida pelas forças da Renamo às comunidades como adiante se vai verificar. Um exemplo desta colaboração pode ser vista nas seguintes declarações:

*“... o meu tio era um carregador de comida, chamava-se “chairman” aqui no Majaua. Era o senhor Viagem ele dava a RENAMO contribuições daqui do Majaua e era acompanhado para a base só por uma pessoa ”*⁷

Em relação à colaboração da comunidade simples o entrevistado afirma:

“isto não era vontade das pessoas, era uma obrigação. Chegavam numa casa levavam a minha mulher e faziam relações e, quando nós

³ Sobre os efeitos da guerra na Zambézia também se pode ver Wilson (1992) e Cabá (1997)

⁴ Entrevista com Bique Piasse Mamela- Régulo substituto de Majaua, 27.12.2001

⁵ Wilson (1992), aponta para a importância desta base, segura que se tornou Quartel General da RENAMO e uma das bases mais importantes no País, em parte porque situava-se na fronteira com o Malawi, principal elo de ligação com o exterior.

⁶ Idem.

⁷ Entrevista com Bique Piasse Mumela- Régulo substituto de Majaua em 27.12.2001

negássemos ir com eles matavam, e quando chegasse na zona deles éramos controlados e não saíamos para a zona da FRELIMO"⁸

A dinâmica do conflito no Posto Administrativo foi marcada por avanços e recuos das duas partes beligerantes, sendo a última fase pertencente à RENAMO, portanto até nas vésperas dos Acordos de Paz. As implicações deste conflito ao nível das crianças- nosso objecto de estudo não estão dadas em nenhuma obra para o caso específico de Derre, mas segundo uma visão geral do que pode ser o impacto dum conflito armado, pode-se constatar no seguinte:

*"Os conflitos destroem a economia, desintegram o Estado, desequilibram a sociedade e sobretudo atiram para a miséria os sectores mais vulneráveis da população deixando-os entregues às calamidades da fome e obrigando ao êxodo em massa."*⁹

No contexto do êxodo referido por Arminõ, maior parte da população de Derre teria-se, no âmbito do conflito deslocado para a Localidade de Licuari, Distrito de Nicoadala. Assim, o conflito armado, aliado a vagas de calamidades dos anos 80 afetaram sobremaneira o tecido social da população dependente da agricultura.¹⁰ Teve também como implicações a separação das famílias através de deslocamentos das suas zonas de origem, refúgio para as zonas seguras, mortes e etc...; estima-se que cerca de 200.000

⁸ Idem.

⁹ Arminõ, 1992:15

¹⁰ Ngovene, 2001:29, citando o Relatório por ocasião da visita de Sua Excelência o Senhor Vice-Ministro do Comércio em 1989 á Província da zambézia refere que alguns distritos da Zambézia: Gilé, Ile, Mopeia, Morrumbala, Namarrói, Chinde Gurué, e Inhassunge foram assolados por uma vaga sucessiva de calamidades naturais desde 1987 designadamente, a "seca", as cheias, a praga de gafanhotos, a depressão de filão e a partir de Novembro de 1988 até Março de 1989 intensas chuvas fustigaram estas regiões.

crianças em Moçambique até 1993, ficaram órfãs¹¹, perdidas, desamparadas ou abandonadas.¹² Para agravar esta situação, entre 1985-1990, estimava-se que cerca de 50 a 60% da população Moçambicana vivia em situação de Pobreza Absoluta, sendo 70% desta população vivendo na zona rural, agravada com o deslocamento das populações, exacerbaram com as Políticas de Reajustamento Estrutural concebidas pelo Banco Mundial, dificultando sobremaneira a capacidade de as famílias cuidarem das suas próprias crianças, assim como das crianças dos seus parentes.¹³

São estes factores que contribuíram para a mudança das condições sociais, em que o cuidado das crianças separadas das suas famílias e parentes constituíram um “problema social” e requeriam a elaboração de políticas claras, para guiar as práticas. A preocupação do Governo com os problemas da criança datam do deste período.

Assim, o Ante- Projecto de 1974 da lei sobre a Política Nacional da Criança, no Cap. II, Artº 4, Parágr. 2º, já referia que a criança tem o direito de ter todo tipo de apoio para melhor educação, preparando-a para enfrentar o futuro condignamente e que lhe seja garantido o bem-estar sócio-económico, o amor , o afecto e amor , na falta da sua família, tem o direito de passar a viver numa família que lhe ame como filho.

Em resposta á situação de guerra e calamidades, o Governo elaborou nos meados da década de 80 um Programa de Localização e Reunificação Familiar-PLRF: o qual, tentava-se encontrar os familiares das crianças desamparadas ou inserir aquelas sem familiares em famílias substitutas. O Programa teve início em 1988, e prolongou-se

¹¹ A estimativa do UNICEF aponta para cerca de 250.000. Ver DOCUMENTO DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE: A Reintegração da Criança envolvida no conflito armado- a experiência de Moçambique, 1999:5

¹² SEAS, 1993:15

¹³ Green, 1991, citado por Charnley, Maússe, Sitói (1993:5)

mesmo com o fim da guerra até o presente momento, segundo Judite João Mauera- Chefe do Deptº de Infância e Idoso na DMCASZ. Este Programa não abrangeu Derre, mas a sede do Distrito de Morrumbala. *“Com o fim da guerra existiam crianças que viviam em famílias substitutas, é porque os militares que podiam ser da FRELIMO ou da RENAMO recolhiam as crianças e punham nas bases, então daí era preciso uma reintegração, então o que nós fazíamos, primeiro fizemos a documentação da criança, e depois a divulgação pelos órgãos de informação, pelos cartazes para a localização dos familiares, depois da localização, fazíamos a reintegração, seguida de visitas domiciliárias para o seguimento da situação da criança na sua própria família, ou na família substituta”*¹⁴.

No plano geral o PLRF na Zambézia entre 1992-1998, documentou 1.384 crianças e reunificou 921. Uma das revelações deste Programa é de que muitas crianças foram identificadas pelos seus familiares¹⁵.

O PLRF marcou o início dum processo para a elaboração das actual Política de Acção Social. No que se refere á situação da criança, em 1991 a SEAS- Secretaria de Estado de Acção Social começou a desenvolver a Política Nacional, baseada na “Centred Community Approach”, resultando no desenvolvimento do Atendimento Baseado na comunidade, para as crianças desamparadas, este procurando dar ênfase na integração social do que intervenções médicas. O propósito deste, era permitir as famílias das crianças ajudarem-se por si mesmas, através da transferência de conhecimentos, na procura de formas para a mudança e adaptar a sociedade a reflectir a

¹⁴ Entrevista com Jacinto Gaspar Nascimento- Director da Acção Social- Distrito de Morrumbala, 03.01 2002

¹⁵ Informe Apresentado na conferência Aficana Sobre Criança, 1999:1

necessidade e os direitos das crianças desamparadas.¹⁶

O estudo que pretendemos apresentar tem haver com um Projecto, designado "Patrocínio à Criança"¹⁷, cujo atendimento é o baseado na comunidade.

Com leituras teóricas iniciamos o processo de construção do problema, sobretudo em relação aos modelos de atendimento à criança, que acabariam por nortear o nosso trabalho para análise do projecto, procurando contextualizar o atendimento baseado na comunidade no processo histórico de Moçambique, em seguida o estudo de caso, que é o Projecto, procurando ver a sua relação com o que é advogado pelo Governo, as suas actividades, o atendimento da criança, o papel das comunidades e sua participação nas actividades do projecto.

Para o efeito deverão ser respondidas as seguintes questões: qual o modelo que o projecto "Patrocínio a Criança" aplica ao atendimento da criança; como evoluiu este modelo aplicado em Moçambique; qual a posição do governo relativamente a este modelo; qual o enquadramento do Projecto nas perspectivas do atendimento baseado na comunidade advogado pelo governo, qual o papel das comunidades neste atendimento, quais os mecanismo tradicionais locais de atendimento da criança sem pais em Moçambique e qual o seu enquadramento relativamente ao regulado de Majaua; quais as razões de as famílias terem que acolher as crianças órfãs, qual a importância do projecto para as comunidades e qual a visão do governo local relativamente ao projecto patrocínio a criança

O enfoque desta abordagem tem haver essencialmente como o modelo de atendimento à

¹⁶ Miles & Medi, sd: 4

criança aplicado pelo projecto especificamente, e pelo programa no geral, que é um modelo alternativo aos orfanatos como resultado do empobrecimento cada vez maior da população (coloca-se a dificuldade de atender as crianças em orfanatos por aumentar-se o número de crianças na condição de necessitada). Daí a dificuldade tanto do Estado em atender em orfanatos ou instituições. Mas também este modelo encontra explicação nas consequências dos programas de reajustamento estrutural em que a pobreza é maior e faz o apelo a questão de "participação da comunidade" no atendimento a criança desamparada, essencialmente no intuito de redução de custos.¹⁸

1.2. Motivação e Escolha do Tema/Apoios

Desde o princípio do 5º Ano e, sobretudo depois de ter lido a tese de Licenciatura em História na UEM de Miguel Aurélio Maússe comecei a ser influenciado no sentido de produzir uma tese no âmbito da criança. Muitos protocolos foram sendo produzidos nesse sentido, incluindo sobre a problemática do HIV nas crianças. Os últimos desenvolvimentos no sentido de produzir esta tese, tiveram o seu auge quando acedi a Biblioteca do MMCAS, onde fiquei impressionado com as mudanças na política de atendimento a criança. Passou-se do internamento da criança em situação difícil nos orfanatos, para o atendimento baseado na comunidade. O principal argumento para esta mudança centrava-se no facto de que não possuíam condições para o desenvolvimento

¹⁷ O Projecto pertence a Visão Mundial Internacional-Moçambique, localiza-se no Posto Administrativo de Derre, no Distrito de Morrumbala. É um Projecto para 15 anos e opera neste posto desde Abril de 2000. Pode-se ler em anexo a descrição mais detalhada sobre o Projecto

¹⁸ Miles & Medi, sd:3, num estudo o modelo de atendimento baseado na comunidade no período pós-guerra, referem que este modelo basea-se nos princípios de da participação comunitária, sustentabilidade, para dar a voz as crianças e sobretudo envolver as ONG's neste processo. É nesta perspectiva que era traçado o modelo atendimento na comunidade, iniciado em Moçambique em 1991.



do intelecto e horizonte das crianças. Daí ter pensado porquê não defender outra hipótese segundo a qual o aparecimento de maior número de crianças em situação difícil, aliada à situação de pobreza seria mais uma razão para esta mudança? Paralelamente ia adquirindo informações sobre o Projecto "Patrocínio a Criança" na VMI, cuja abordagem se enquadrava naquilo que já vinha lendo na Biblioteca do MMCAS. Assim, começava a desenhar-se a presente dissertação.

Um factor ainda mais importante é que havia um encorajamento por parte do Prof. Doutor Joel das Neves Tembe (por sinal o supervisor), e por parte do Doutor Ventura Marcos Mazula (Director de Operações da VMI), no sentido de dar todo o apoio ao seu alcance no âmbito do trabalho. Foi o que aconteceu. O Arquivo Histórico de Moçambique na pessoa do seu Director, Prof. Doutor Joel das Neves Tembe, e o Doutor Ventura Marcos Mazula (em nome da VMI) financiaram respectivamente as passagens aéreas para Quelimane, e o trabalho de campo durante três semanas no Posto Administrativo de Derre.

1.3.Revisão Sumária da Literatura

É centro desta pesquisa a discussão sobre a mudança de modelo de atendimento de crianças, de orfanatos para o atendimento baseado na comunidade ou não institucional. O primeiro modelo é uma estratégia herdada do período colonial em que durante a luta de libertação, a FRELIMO teve que dar continuidade. Um estudo levado a cabo por Maússe & Sitói(1994:9) da SEAS- Secretaria de Estado de Acção Social, sugeria que os infantários são caracterizados pela extrema fraqueza dos serviços prestados, devido aos recursos alocados pelo estado. Este estudo assenta na nossa hipótese em que para além

das razões apontadas por autores estes autores (Maússe & Sitói¹⁹), aponta razões ligadas à incapacidade financeira do estado responder efizcamente com fundo suficientes. Neste trabalho tentamos aprofundar as razões, entre elas, a guerra e ao empobrecimento generalizado da população moçambicana em geral, e ao surgimento de cada vez maior o número de crianças em situação difícil²⁰. Kanji(1990) num estudo sobre as implicações da guerra sobre a criança em moçambicana, apresenta diferentes formas de atender a criança numa situação de guerra, uma delas é, relativa ao “Apoio Centrado na Comunidade”- refere que embora as necessidades das crianças numa situação de guerra sejam separadamente identificadas das, da comunidade, as medidas para as assistir, devem ter em conta as necessidades das famílias e comunidades nas quais elas estão inseridas e/ou fazem parte²¹.

Apesar deste modelo não referir-se a uma situação de alternativa aos orfanatos, ele aponta a necessidade de evitar que a criança se separe dos seus parentes. É de facto uma situação em que Kanji demonstra que é necessário procurar integrar sempre que possível numa família, o que pressupõe, o “atendimento baseado na comunidade”

Tanto Maússe & Sitói (1994) como o Kanji(1990) devem apontar para a fraqueza das instituições ou orfanatos no atendimento á criança, sobretudo na parte relativa ao

¹⁹ Estes autores apontam como a “crise de orfanatos” o seguinte: a criança não tem perspectiva, o seu futuro é uma incógnita, a criança não encontra condições para o desenvolvimento, a vida é diferente á que levaria numa família, falta de amor, a criança não aprende coisas da vida do quotidiano, infantário impede o conhecimento do universo que o rodeia e não desenvolve o intelecto.

²⁰ No presente trabalho pretendemos referir-se ás crianças que não tem o amparo dos seus pais, ou progenitores. No relatório da DPCAZ, sobre o processo de reinserção da Criança vítima de guerra, apresentado na conferência africana sobre a criança, define este conceito como sendo uma categoria de crianças que na sua maioria, por influência directa ou indirecta da guerra, e que se beneficiaram de apoio entre 1992/1997. Hoje o conceito não encontrou a sua readaptação, mas continua largamente difundido e aplicado, como é o caso deste trabalho.

²¹ O “Patrocínio não só assiste directamente as crianças do Projecto, mas também promove actividades de desenvolvimento, como a construção de escola, actualmente a ser feita uma EP2 no regulado de Majaua.”

desenvolvimento intelectual, daí a necessidade de uma forma alternativa baseada na comunidade.

No presente trabalho iremos muito longe ao focalizarmos, outras razões como a guerra, o empobrecimento da população moçambicana e, sobretudo do fenómeno Ajustamento Estrutural, embora não muito aprofundado.

1.4. Hipótese

Começamos o nosso trabalho com as seguintes hipóteses:

- O modelo de atendimento aplicado é alternativo aos orfanatos por não permitirem não só o desenvolvimento da criança, mas ao empobrecimento cada vez maior da população, devido aos efeitos combinados da guerra, pobreza e sida, aos efeitos combinados das políticas de reajustamento estrutural;
- As comunidades têm mecanismos próprios de cooperação e interajuda para resolver as situações de crise como fome, guerra, desamparo, sobretudo da orfandade.

1.5. Metodologias e Técnicas

Na fase inicial o trabalho baseou-se fundamentalmente em consultas de fontes bibliográficas, sobretudo de relatórios e documentos apresentados em conferências sobre a criança no MMCAS, o que nos permitiu a elaboração do nosso problema. A pesquisa bibliográfica teve lugar no MMCAS, Faculdade de Letras da UEM, FDC, UNICEF e AHM

Salientamos as dificuldades tidas para se encontrar bibliografia específica sobre a

temática. Só para citar um exemplo desta dificuldade, no AHM só foi possível encontrar único artigo de Kanji (1990), sobre os modelos de assistência à criança. Tudo quanto foi encontrado, se resume a relatórios de conferências, workshops, pequenas publicações, etc. Foi mesmo assim, possível eleaborar o presente trabalho, que julgamos muita coisa suscitará como futuros temas de pesquisa e, sobretudo para enriquecer o presente trabalho.

CAPÍTULO II: CONTEXTO POLÍTICO, EVOLUÇÃO POLÍTICA E PRÁTICA EM RELAÇÃO À CRIANÇA EM SITUAÇÃO DIFÍCIL EM MOÇAMBIQUE.

2.1. Introdução

O capítulo que segue tem por objectivo traçar o quadro histórico da Política de Acção Social. Tenta sobretudo contextualizar a instauração do modelo de atendimento á criança aplicado pelo Projecto “Patrocínio a Criança” que passou a ser alternativo ao modelo clássico dos orfanatos em Moçambique, e explicar as motivações para adopção deste modelo.

É também objectivo deste capítulo aclarar, questões sobre a visão do governo em relação ao desenvolvimento da criança em Moçambique e a necessidade da sua protecção nos moldes em que actualmente é advogada. O modelo aplicado no Projecto pode ser descrito como *Atendimento Baseado na Comunidade ou então “Community Based Support”*²². Entendemos que este modelo vem substituir o modelo clássico de atendimento à criança em orfanatos. Essencialmente é objectivo deste capítulo, mostrar de forma dinâmica, como é que o governo após a independência encarou o problema da criança em Moçambique, e também demonstrar as circunstâncias em que o modelo de ABC passou a ser alternativa para o atendimento clássico dos orfanatos.

Os debates sobre estes aspectos são poucos. Maússe & Sitei (1994:8-9) como foi referido anteriormente apontam como factores para a “crise dos orfanatos” os seguintes:

(1) devido à sua forma de atendimento a criança não obtem perspectiva, o seu futuro é

uma incógnita; (2) a criança não encontra condições para o seu desenvolvimento, a vida é diferente daquela que levaria numa família; (3) falta de amor e carinho, a criança não aprende coisas da vida do quotidiano; (4) o infantário impede o conhecimento do universo que o rodeia e (5) não desenvolve o intelecto.

A nossa hipótese é que a “a crise dos orfanatos” deve-se também e, particularmente ao empobrecimento cada vez maior da população moçambicana e consequentemente da deterioração das condições sociais de vida devido a guerra fundamentalmente e, aos efeitos do Programa de Reajustamento Estrutural, com implicações directas na estrutura social das famílias e das crianças que nelas estão inseridas. Há por conseguinte uma incapacidade de o governo responder ao problema das crianças cada vez mais crescentes em número em orfanatos, daí a adopção do modelo ABC.

Para melhor ilustrar começemos por períodos:

2.2.O Período Colonial

No período anterior á 1974, o governo colonial fazia o controle das crianças em instituições, como orfanatos e, era responsável pelo pleno funcionamento destas. Entre 1962 a 1974, existiam só na cidade de Maputo mais de 10 orfanatos e outro tipo de instituições, mais dependentes de organizações religiosas e do Estado, através da Comissão Provincial de Assistência Pública, havendo outras de carácter lucrativo, que dependiam de particulares, como jardins e creches.²³

Assim, pode-se considerar que, era política do governo colonial atender as crianças em

²² Sobre este modelo Ver. Kanji (1990)

²³ Langa, 1993:1

instituições- orfanatos, infantários, etc, portanto o Estado colonial assumia a responsabilidade de prestação de serviços sociais aos cidadãos, sobretudo nas zonas urbanas onde se podia encontrar esses serviços, assistidos pela segurança Social.

3.2. *O Período pós-colonial*

O período pós colonial, sobretudo entre 1975-1985, é marcado por dois factores essenciais que influenciarão profundamente o actual contexto de desenvolvimento e especificamente a abordagem também actual do problema da criança, a guerra e os Planos de Reajustamento Estrutural. O enfoque deste sub-capítulo estará baseado na guerra entre a FRELIMO e a RENAMO.

Com a independência, a FRELIMO herdou o legado colonial, mas também foram operadas profundas transformações a vários níveis da acção governativa. A Acção Social não foi excepção deste processo. Todas as actividades deste sector foram integradas no Ministério de Saúde, através da Direcção Nacional de Acção Social-DNAS. A Política do governo, após a independência continuou a de colocação das crianças em orfanatos que já eram poucos relativamente ao número anterior à independência, já que alguns tinham sido encerrados por não reunirem condições.²⁴ - /

O falhanço do projecto desenvolvimento de Moçambique pós-independência e avanço da guerra no país, confrontaram o governo de Moçambique como primeiro teste, devido a cada vez mais crescente número de crianças em situação difícil²⁵, se se entender que os orfanatos, para além de serem em número reduzido, somente se encontravam nos

²⁴ Charnley, 1994:3

centros urbanos. Começou em nosso entender aquilo que apelidamos neste trabalho de "crise dos orfanatos". Já em 1979, para confirmar esta nossa tese, a quando das celebrações do ano internacional da criança, o governo incluiu a Declaração dos Direitos da Criança no seu artº 3 apontava o seguinte:

"Tens o direito de viver numa família... quando não tiveres uma família, tens o direito de passar a vida numa família que te ame como filho..."

Começava-se a desenhar uma ruptura na abordagem institucional do problema da criança. É importante notar que mesmo antes de 1979 o governo tinha mostrado interesse na protecção da criança. Por exemplo após a independência adoptou como princípio através da sua constituição, o direito de protecção do casamento, da família, maternidade e da infância, no seu artigo 29. Numa análise sobre o princípio da Declaração dos Direitos da Criança em Moçambique, não se tratando duma lei, o governo preparava "subjectivamente" mudar de abordagem do problema da criança em situação difícil, herdada do período colonial, de institucional (relativo aos orfanatos) para a não-institucional (relativo ao atendimento baseado na comunidade, na família) para de forma eficaz, dar resposta ao número crescente de crianças precisando de apoio no país²⁶. Ao mesmo tempo o governo propunha a promulgação duma lei de família em geral, que definisse medidas tendentes a combater atitudes de negligência para com a criança e se acelerassem mecanismos de adopção e tutela.²⁷

Se o ano de 1979 marcava o início da ruptura da abordagem institucional, o de 1983

²⁵ Segundo o Relatório do UNICEF (1989): "Children on Frontline", até 1989 cerca de 250 a 500.000 crianças eram descritas como sendo traumatizadas, abandonadas, órfãs por causa da guerra.

²⁶ NOTA DO Co-Supervisor: Mesmo nos estados capitalistas, ricos como a RFA, França, etc, já a partir de 1965 era política de inserir as crianças em famílias, com ou sem adopção

²⁷ Langa, 1993:4

crise da infância

confirmava a *crise dos orfanatos*. No Seminário Nacional de Infância realizado em Namaacha, orientado pelo então Vice-Ministro da Saúde, em relação as implicações da guerra sobre a criança e a resposta do governo nesta matéria, foi constatado o seguinte: *havia um aumento considerável do número de crianças órfãs e abandonadas provenientes das zonas mais afectadas pela guerra e seca*. Como princípio de resposta a este problema, foi decidido o seguinte: ... *a criação dum ambiente familiar onde a criança pudesse crescer e desenvolver-se num ambiente de amor e carinho.* ✓

Esta conclusão do Seminário é produto dum processo que vinha desde 1979. O governo entendia que ele por si só e nas instituições existentes, era incapaz de dar resposta ao problema da criança. As conclusões deste seminário mostram que era importante mudar de abordagem no atendimento da criança em situação difícil. A criança tinha que ser inserida numa família, em que o apoio a ser-lhe concedido deveria dar resposta ao problema da família inteira.²⁸ ✓

A partir de 1986, a preocupação com o problema da criança começa a ter outras respostas, não necessariamente nos orfanatos. O governo desenvolveu políticas centradas na comunidade adaptadas às necessidades das crianças, portanto considerava-se o bem-estar da criança como parte integrante do desenvolvimento da comunidade.²⁹ ✓

No prosseguimento com as políticas de não-institucionalização ou desestatização, iniciou em Moçambique em 1988 através da DNAS, o Programa de Localização e Reunificação Familiar- PLRF. Esta foi das primeiras respostas de âmbito nacional face

²⁸ Esta abordagem está contida em Kanji (1990:103-104), onde ela desingna este modelo como sendo "Community Centred Approach", em que todas as medidas para assistir a criança deverão ter em conta as necessidades da família e da comunidade na qual a criança está inserida. É modelo seguido também pelo Projecto Patrocínio a Criança, da Visão Mundial Internacional.

²⁹ Miles & Medi, sd:3

2.3
Integração de crianças

ao número crescente de crianças que perderam os pais e/ou familiares por causa da guerra. O programa tinha por objectivo proporcionar às crianças uma família, e evitar a integração em instituições estatais através da colocação das crianças em famílias substitutas.³⁰ O programa tenta identificar crianças abandonadas e/ou órfãs e localizar os seus familiares e outros parentes para sua posterior integração.³¹ Como foi dito acima este Programa não abrangeu Derre, somente a sede Distrital de Morrumbala. ✓

A isto se colocava a necessidade de flexibilizar a Acção Social, e em particular ao atendimento à criança em situação difícil, assim o governo criava uma instituição de tutela com autonomia a vários níveis. Foi criada a Secretaria de Estado de Acção Social em 1990.³² O governo tinha analisado a situação do país e achou necessário tornar eficaz a acção governativa na área da Acção Social, nomeadamente no que respeita à protecção e apoio à infância, à velhice e aos deficientes físicos e mentais em virtude da guerra que tinha trazido esses factos como consequências directas. No domínio da infância o Decreto, apontava para os seguintes objectivos: (1) organizar, *dirigir e controlar* a execução de Programas de apoio visando a protecção e assistência a infância; (2) dirigir, planificar e promover a criação de unidades sociais de protecção e apoio à infância, bem como elaborar normas para organização pedagógica e administrativa dos estabelecimentos infantís; (3) apoiar órfãos, abandonados e carentes de apoio familiar; (4) desenvolver estudos de pesquisa sobre o desenvolvimento de vários grupos de crianças em situação difícil de modo a adequar os programas de apoio; (5) programar, apoiar em acções de carácter educativo junto das comunidades sobre alternativas de atendimento da criança e o papel dos adultos no desenvolvimento da formação integral

³⁰ Cf. Artº 3 da Declaração dos Direitos da Criança Moçambicana de 1979

³¹ Mause, 1995:8

da criança; (6) organizar e controlar a rede de cuidados sociais, no âmbito de apoio à infância, bem como o seu apetrechamento; (7) elaborar normas e regulamentos com vista a garantir o objectivo e funcionamento das unidades infantís e (8) promover a implantação da lei da adopção e tutela em colaboração com outras estruturas.

Um dos objectivos pelos quais tinha sido criada a SEAS, viria a ser alcançado em 1991, quando avaliou o PLRF e concluía que a introdução da política de não instucionalização, devia visar o envolvimento da comunidade, considerando que na sociedade a maior dos serviços de bem-estar social são fornecidos pela família e pela comunidade.

O PLRF encontrou continuidade a nível provincial, distrital através de comissões multidisciplinares de apoio à protecção da criança em situação difícil, envolvendo funcionários dos sectores da Educação, Saúde, Acção Social, DPCCN, Direcção das Finanças, administrações distritais, que tinham a missão de coordenar esforços para garantir a este grupo alvo, a prioridade de distribuição de recursos e serviços de emergência disponíveis³³

O papel do SEAS ficou mais vincado com o fim da guerra. Coloca-se então o desafio da reintegração social dos deslocados de guerra afectados pela guerra, particularmente a criança. Colocou-se ao governo à necessidade para a definição de princípios básicos que a longo prazo orientassem a resolução dos problemas da criança em situação defícil. Com as eleições de 1994, o governo da FRELIMO criou a Política Nacional de Acção Social, em que a par dela foi desenhada a estratégia de Acção Social sobre a Criança, cujos objectivos eram a eradicação dos males que apoquentam a criança- o abandono,

³² Decreto Presidencial nº 28/90 de 10 de Setembro

³³ Documento do Governo de Moçambique: A reintegração social da criança envolvida no conflito armado, 1999:16

abuso sexual, delinquência, desamparo, violência, a marginalidade e a orfandade.³⁴

Como se poderá depreender, a abordagem não institucional do problema da criança não só se deve ao facto de o orfanato não ser ideal para o desenvolvimento da criança, mas também, o aumento do número de crianças em situação difícil devido a guerra. É muito provável que a resposta em instituições acarretasse maiores custos, para um número cada vez mais maior de crianças em situação difícil e numa situação em que as instituições existiam nos centros urbanos. Uma análise de dados sobre o orçamento na área de Acção Social, mostra que para as metas projectadas, a atenção à criança do ponto de vista financeiro é menor. Dados do Orçamento Geral do Estado- OGE de 1998 a 2001, mostram que os recursos financeiros alocados à Acção Social formam uma parte diminuta, correspondendo respectivamente 0.55; 0.51 e 0.71% do OGE.³⁵ Na mesma linha, para concordar com esta posição, o Relatório do Seminário sobre “Criança afectada pela Guerra” da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade e da OMS (1997) refere que a incapacidade do Ministério da Mulher e da Coordenação da Acção Social deve-se a exiguidade de recursos, o que se tem reflectido no desempenho da suas delegações subalternas.

O modelo aplicado pelo projecto “Patrocínio a Criança” encontra a sua explicação neste capítulo, isto é, poderia ser oneroso para a VMI responder ao problema de crianças em orfanatos numa situação em *quase todas* crianças são necessitadas³⁶ sobretudo nas áreas onde esta Organização opera. Mas a sua filosofia permite que crianças fora do Projecto se beneficiem em material escolar e também das construções que são feitas (poços de

³⁴ Ver BR nº 14, de 9 de Abril de 1998

³⁵ Save The Children, 2001:7

água, escolas, reabilitação de pequenas pontes), como se verificará no capítulo seguinte.

Não é propriamente um programa de Acção Social, mas também de desenvolvimento.

O papel do governo e sobretudo do Ministério da Mulher e da Coordenação da Acção Social tem sido o de encorajar as organizações a prosseguirem com o ABC, em que o seu papel se tem resumido à coordenação e elaboração de políticas. Por isso têm em todos os sentidos a função de coordenação das actividades dos parceiros nomeadamente as ONG's. Estas conclusões não pretendem contudo afirmar de que os orfanatos já não são alternativa ao problema da criança, se se entender que está em estudo a possibilidade de atendimento de crianças em orfanatos, cujo estudo pretende definir padrões mínimos de atendimento em instituições.

³⁶ Para ilustrar a dificuldade de se comentava na entrevista o Gestor do Projecto: "É difícil numa zona rural escolher crianças mais necessitadas... Olhando para a situação de Derre todas são necessitadas-

CAPITULO III: Estudo de Caso: O Projecto “Patrocínio a Criança” no Regulado de Majaua.

3.1. Introdução

Neste capítulo, pretendemos mostrar como é aplicado o modelo de atendimento baseado na comunidade, especificamente iremos ver como o projecto apoia as diferentes crianças na área em que está a operar. Iremos também procurar perceber a capacidade que as comunidades tem para dar resposta á situações de orfandade se, se tiver em conta o rápido avanço da epidemia do SIDA, em que o número de órfãs tenderá a aumentar. Procuraremos perceber também a participação das comunidades nas actividades do Projecto “Patrocínio a Criança”. Só para o efeito de análise da capacidade comunitária para integrar crianças órfãs entrevistamos (6) famílias vivendo com crianças órfãs de pai e mãe, embora algumas questões relacionadas também tenham sido colocadas á famílias não vivendo com crianças órfas. Ao mesmo tempo quisemos entender o nível de cooperação entre a VMI e os parceiros sectoriais ao nível do Governo- Acção Social, Saúde e Educação, e analisar as actividades do Projecto no contexto do desenvolvimento geral de Moçambique.

3.2. O Projecto “Patrocínio a Criança”

O Projecto acima designado, opera em todo o Posto Administrativo de Derre cuja meta é aumentar o estado nutricional e de saúde, acesso a educação e bem estar das crianças

nas Áreas de Desenvolvimento de Programas-ADP³⁷. É também seu objectivo ver até ao fim dos 15 anos, pelo menos 25 crianças na área do projecto formadas e estarem numa posição de liderança, portanto as crianças com a sua formação terão esta possibilidade.³⁸ Segundo os Arquivos nos seus escritórios na sede do Posto de Derre, o Projecto registou até 2001, cerca de 1842 crianças³⁹, das quais cerca de 239 são órfãs, de pai ou mãe ou ainda de ambos. No Projecto existem, crianças já patrocinadas e aquelas que não tem patrocinador (*Vide em anexo o processo para angariação de patrocinadores anexo 2*).

3.2.1. Criança Patrocinada e não Patrocinada

A primeira tem um patrocinador, que mensalmente contribui para o fundo do projecto que serve para o desenvolvimento da área. Pode eventualmente o patrocinador, mandar para a “sua criança” valore monetário, ou para si ou para a sua família- são os presentes que podem ser recebidos. Entre eles, o patrocinador e a criança estabelece-se um vínculo através de cartas. Ao mesmo tempo que esta criança patrocinada tem direito a assistência médica e medicamentosa e ainda o projecto apoia em matrícula e material escolar em termos de educação da criança.⁴⁰ Enquanto a segunda não tem ainda, mas estando no

³⁷ Informação contida no Plano Anual Operativo para o ano 2001-Derre ADP

³⁸ Anastácio Pedro Quaria- Gestor do Projecto em Derre- 04.01.01

³⁹ Dentro das quais existem as já Patrocinadas e não Patrocinadas, mas que não estão dados os respectivos números

⁴⁰ Jonatá Wafero, Facilitador do Projecto no Regulado de Majaua em entrevista referiu-se ao seguinte: “Na área de saúde quando as crianças do Projecto estão doente levo para o Hospital e, são atendidas sem pronto pagamento em troca dumha senha que são contabilizadas no fim do mês pelo assistente da área de saúde ao nível do projecto- de 02.08.01 a 26.12.01- foram atendidas no posto de saúde da Sede de Derre cerca de 22 crianças do regulado de Majaua. Em caso de Morte o projecto ajuda em caixão, alimentação e quando chega a fase de cerimónias de novo o projecto ajuda. Na educação distribui-se material em todas as escolas onde o projecto opera. As crianças do projecto tem direito a matrícula. Também compra giz para as escolas, para além da construção dumha escola do EP2 no regulado de Majaua, Galave, e em Camanguira. O Projecto também dá salários a três professores- em Camanguira, Chimono e na Zona do Geral”

processo para angariação do patrocinador⁴¹ (*vide o processo de angariação em anexo2*).

3.2.3. O atendimento das crianças no projecto "patrocínio a criança"

As conclusões do Seminário de Namaacha em 1983, orientado pelo então Vice-Ministro da saúde sobre a criança em situação difícil, mostraram e concluíram que era importante mudar de abordagem no atendimento a este grupo. Todo o apoio a ser dado a criança, devia ter em conta a resposta ao problema da família e da comunidade no geral.⁴² E a SEAS, em 1993, referia que neste processo era importante envolver a comunidade, considerada importante no fornecimento dos serviços de bem-estar social.

O projecto patrocínio a Criança mostrou ser um projecto de desenvolvimento baseado nas necessidades não só da criança, como também da comunidade inteira. No que respeita ao atendimento à criança, o projecto assiste as crianças registadas, nos moldes referidos na pág.23. A diferença entre as crianças que estão no projecto e aquelas que não estão, é que as últimas só se beneficiam das distribuições de material escolar nas escolas da área e de construções quer de escolas ou hospitais⁴³ do projecto. As primeiras tem direito a assistência médica e medicamentosa directos e, até o projecto como foi referido na pág.23 apoia nos falecimentos das crianças do projecto.

A comunidade inteira tem de alguma forma retirado alguns benefícios, senão vejamos:

- Aos pais das crianças que estão no projecto, já não é da sua responsabilidade

⁴¹ Para o caso dum(a) criança patrocinada é condição que ele(a) não case no período de vigência do projecto (15 anos), caso contrário, perde o patrocinador e todos os direitos. Mesmo nos casos de saída da área do projecto as implicações são as mesmas, ao menos que, ela vá para uma área onde exista outro projecto e, nestes casos acciona-se mecanismos de transferência..

⁴² Cf. Kanji, 1990:103-104

desembolsar dinheiro para efeitos de tratamento de doenças dos seus filhos, o mesmo não farão para o caso de matrículas e compra de material escolar;

- Aos pais das crianças que não estão registadas, não será da sua responsabilidade desembolsar dinheiro para efeito de compra de material escolar porque todas as crianças da área do projecto recebem gratuitamente;
- A comunidade inteira têm benefício, se o projecto constrói infraestruras como por exemplo a escola que está sendo construída no regulado, poços- que está sendo construído na zona de Galave- parte da comunidade participante é remunerada.

Posto assim, pode considerar o projecto multisectorial, cujo impacto deverá ser visto ao mesmo nível. Não se trata de simples integração de crianças mas, de desenvolvimento da área, como largamente tem sido advogado no modelo de Kanji (1990). A diferença entre o patrocínio e o PLRF é que este último não ia para além de simples assistência directa á criança e sendo de prazos não definidos, já que em entrevista com Judite Muaera da DPASZ, referiu-se que ele ainda continua, enquanto que o primeiro, para além do apoio directo à criança, em parceria com a comunidade executa actividades de desenvolvimento.⁴⁴

3.2.4. A participação das comunidades nas actividades de desenvolvimento no Projecto

O modelo de atendimento baseado na comunidade pressupõe a participação

⁴³ A escola que está ser construída no regulado não só estudarão crianças do projecto, mas também aquelas que não foram registadas.

⁴⁴ As comunidade participam no fabrico de tijolos para escolas, abre furos para a bomba de água, etc.

comunitária⁴⁵ em parceria com a agência de desenvolvimento, neste caso da VMI, nas decisões relativas às actividades do Projecto. Entendendo a participação como elemento essencial no contexto de desenvolvimento comunitário, quisemos analisar o enquadramento desta participação das comunidades na área do Projecto e sobretudo os problemas desta participação..

3.2.4.1. *O falhanço das teorias de desenvolvimento*

Por volta de 1990, várias teorias de desenvolvimento (*como ilustra o anexo 1*) não são capazes de se adequar a realidade vigente, e, portanto estas não permanecem intactas, se, antes eram tidos como paradigmas viáveis para perceber os processos de desigualdades e pobreza⁴⁶. E há factores que explicam tal situação: nas décadas de 80, a antiga questão da guerra fria começa a tornar-se obsoleta- abertura da URSS- e consequente desintegração dos seus constituintes- fala-se então duma “nova ordem global”.

Em África, os PRÉ do BM e do FMI, introduziram reformas para inverter as suas economias debilitadas, através da expansão de mercados. O resultado recente destas políticas foi a deterioração das condições da maioria da população do continente- mostrando não só a crise africana, mas também dos paradigmas de desenvolvimento. De facto o que falhou em África foi a conceptualização, desenho, natureza, direcção, objectivo do processo desenvolvimento, embora se reconheça o problema de gestão dos

⁴⁵ A participação comunitária é também sinónimo de desenvolvimento comunitário. Cf. Dicionário de Ciências Sociais.

⁴⁶ Esta visão enquadra-se no entendimento actual sobre a crise da modernidade.

africanos.⁴⁷

A estratégia do mercado livre e neo-liberal falharam particularmente em relação ao benefício aos mais pobres. Em face deste falhanço agências internacionais e estados nacionais demonstraram crescente interesse na promoção da participação comunitária no processo de desenvolvimento. A sua importância é apontada por Uphoff (1997), que cita um estudo sobre desenvolvimento alternativo, baseado na avaliação de mais de 50 projectos. Este estudo mostrou a participação local na tomada de decisões durante a implementação, que era muito crítica para o sucesso do projecto. Sem a participação, todos os esforços para o alívio à pobreza seriam incessantemente difíceis, senão impossíveis⁴⁸. Esta alternativa enquadra-se no paradigma actual de desenvolvimento, designado desenvolvimento de cima para baixo, de Robert Chambers é grande defensor⁴⁹.

O contexto Moçambicano não ficou alheio à problemática dos paradigmas de desenvolvimento. Depois da independência o governo moçambicano em 1977, desenvolveu a sua estratégia de desenvolvimento através dum plano de dez anos - Plano Perspectivo Indicativo, cujo objectivo era acabar com o subdesenvolvimento em dez anos. A saúde e educação tinham sido escolhidos como prioritários, se se considerar que não tinham sido a atenção dos portugueses. Pensava-se então, que seria através destes

⁴⁷ AIMA, T. A. *Development Theory and Africans Lost Decade: Critical reflection on African Crisis and current trends on Development thinking and practise*. In. *Changing Paradigms in Development- South, East and West: a meeting of minds in Africa*. TROIL, M. ed. Sweden: Uppsala, 1991

⁴⁸ Burkey, 1993:56

⁴⁹ Segundo *Diccionario de Ciências Sociais*, o desenvolvimento comunitário se propõe à promoção do indivíduo e a melhor integração dos grupos sociais através dum programa de aperfeiçoamento colectivo, organizado e dirigido pela comunidade. Esta definição será depois confrontada com a lógica do Projecto Patrocínio à Criança, neste trabalho em análise.

sectores onde se obteria resultados mais rápidos⁵⁰

Os anos de 1975-81, foram de sucesso, conseguiu-se avanços na Agricultura, como na indústria. O facto deve-se à euforia da independência, que constituía base fértil para a mobilização política da população feita pelo governo em campanhas de trabalho voluntário. A guerra a seca começaram até 1981 a constituir-se como entraves da estratégia governamental de desenvolvimento, baseada na economia planificada.⁵¹

Era necessário dar um passo. O que se seguiu foi o PRE. Moçambique hoje à semelhança de muitos países africanos debate-se com as implicações sociais dos programas de reajustamento estrutural. Para fazer face ao agravamento da pobreza, as agências internacionais e o estado têm mostrado interesse em promover a participação comunitária no processo de desenvolvimento.⁵²

Portanto, há uma preocupação por parte do governo e das agências desenvolvimento, onde procuram incorporar a população local nos seus projectos desenvolvimento e, mesmo na acção governativa. Esta é uma visão universal em se que concluiu que a participação da comunidade era essencial para a potenciação dos Projectos de desenvolvimento e que cheguem nos mais pobres na forma mais eficiente, com custos reduzidos, portanto procurando partilhar os custos e benefícios através da promoção da ajuda mútua.⁵³ O facto deve-se ao falhanço da estratégia neo-liberal, fortemente advogado pelo ocidente nos finais de 1970's. Pelo contrário aumentaram a pobreza, porque os governos reduziram os seus financiamentos nas áreas do bem estar social o que teria provocado maiores necessidades sociais. As crianças nos países mais pobres

⁵⁰ Abrahamsson et al, 1994:37

⁵¹ Idem

⁵² Mayo & Craig, 1995 :3 Cf. Luís, 1993:3

constituem o grupo mais vulnerável em termos de saúde (estado nutricional) em termos de acesso à educação. É assim, que a participação comunitária foram sendo advogados tanto no norte como no sul, num contexto de agravamento da situação da pobreza e a polarização da exclusão social.⁵⁴ O projecto patrocínio enquadra-se nesta perspectiva, pois o Comité de desenvolvimento (CD)⁵⁵, responde em nome da população em muitas ocasiões, sobretudo quando se trata de decisão estratégica (priorização de actividades) para o Projecto Patrocínio na comunidade e, a participação desta comunidade nas actividades de desenvolvimento (sobretudo nas construções).

A participação comunitária para além de responder o problema da exclusão no processo de desenvolvimento, também é uma forma que os estados e as agências encontram para a redução e partilha dos custos e benefícios, criação do espírito de propriedade nas comunidades. Sendo assim, a definição do conceito de participação se torna importante para encontrarmos o lugar do Projecto Patrocínio no contexto de desenvolvimento.

Artur (1999:9), apresenta deferentes formas da definição de participação. Ele refere que a definição pode ter significados diferentes dependendo essencialmente de quem define e quem usa, o fim da definição, contexto. Nos finais de 1980 vários autores procuraram ver várias formas em que a população era envolvida em actividades de desenvolvimento, citando Biggs (1989), num estudo baseado na participação dos camponeses na investigação agrícola, sumarizaria a participação da população da seguinte forma:

⁵³ Mayo & Craig, 1995:2

⁵⁴ Idem, 1995:3-4

⁵⁵ O comité de desenvolvimento é órgão representado por membros da comunidade, por esta escolhida para serem futuros gestores do Projecto, portanto o Programa Patrocínio a Criança irá com tempo e, paulatinamente ir diminuindo a sua acção no que toca a gestão do Projecto a favor de membros da comunidade

Tabela de tipos de participação.

Modo de Participação	Objectivo
Contratual	Pesquisadores contratam a população local para disponibilizarem terra ou serviços para as actividades que irão desenvolver.
Consultivo	Pesquisadores consultam a população local os seus problemas e depois desenvolvem soluções.
Colaborativo	Pesquisadores e população local colaboram como sócios no processo de pesquisa.
Colegial	Pesquisadores trabalham para fortalecer as capacidades da população local.

Fazendo uma extrapolação do modo de participação às actividades do Projecto Patrocínio à Criança, é possível encontrar enquadramento no modo de participação do tipo "Consultivo", como se pode confirmar pelas seguintes declarações:

"... damos prioridade àquilo que a comunidade acha. Nós estamos numa comunidade e ela diz que tem este e aquele problema e nós perguntamos o que gostariam de resolver em primeiro lugar, então a comunidade menciona. No ano fiscal 2001/2002, sentamos com a comunidade e eles disseram que as áreas prioritárias eram a educação e saúde, com base no orçamento disponível."⁵⁶

⁵⁶ Entrevista com Anatócio Pedro Quaria- Gestor do Projecto, 05.01.2002

Todas actividades são desenvolvidas de acordo com as necessidades das comunidades e, em função do fundo disponível para determinado ano fiscal⁵⁷. Mas, o nosso objectivo é tentarmos levantar problemas específicos decorrentes da participação no Projecto Patrocínio à Criança.

3.2.4.2. Os Problemas da Participação Comunitária no Projecto Patrocínio à Criança de Derre.

Qualquer processo de desenvolvimento será feito com ajustamento e desajustamento, no que respeita às relações sociais entre vários actores do mesmo processo. O Projecto de Derre não está alheio a este postulado. Mas para compreendermos perfeitamente os problemas decoerentes da participação no projecto definamos o conceito, na perspectiva de desenvolvimento:

Mayo & Craig (1994:4) para além da redução dos custos, a participação deverá ir no sentido de persuadir a comunidade a fazer contribuição através de trabalho voluntário, auto-ajuda, e trabalho sem fins salariais. Ora, o Projecto Patrocínio de Derre não opera nesta lógica, senão vejamos:

- Os facilitadores⁵⁸ têm direito a subsídio no fim de cada mês;
- Os membros do comité de desenvolvimento, não têm o mesmo direito, mas têm conhecimento de que os facilitadores são assalariados. Estes podem ser considerados os mais influentes na mobilização da comunidade para a sua participação nas

⁵⁷ O ano fiscal na VMI corresponde ao período anual em que as actividades deverão ser implementadas, portanto de Outubro a Setembro do ano seguinte.

actividades do Projecto. O fracasso destes pode ter implicações graves na sustentabilidade do Projecto, porque estes serão os futuros gestores depois dos 15 anos;

- A comunidade tem recompensa em actividades de apoio à construções de escolas poços de água, onde a maioria não pode participar. Esta maioria só participa em actividades não remuneradas;

Postos estes aspectos decorrentes da participação, colocam-se os seguintes casos:

- Os facilitadores para além de serem assalariados, consideram que os subsídios pagos não correspondem ao trabalho que desempenham;
- Os membros do comité⁵⁹ de desenvolvimento, reclamam subsídios pelas actividades que executam. Numa entrevista com um facilitador do Projecto, Fernando Pessulo Sanuda confirmou o seguinte:

- "os membros do CD querem deixar o Projecto porque não recebem no fim do mês".
A mesma opinião colhemos do Assistente Supervisor do Projecto:

- "um dos problemas desta participação é que a comunidade espera uma remuneração. O trabalho do CD não é remunerado, e isso traz alguns problemas, atendendo que o membro do CD e o Facilitador são da mesma zona de origem. Isso merece uma explicação, razão pela qual tem tido muitas desistências;"
- Nas actividades remuneradas depois duma investigação, concluímos que participam

⁵⁸ São indivíduos da comunidade que tem por missão controlar as crianças do projecto na sua área. Controla cerca de 150 crianças. Enquanto doente, este é que leva para o posto de saúde. Deverão saber ler e escrever.

⁵⁹ Estes também são escolhidos pela comunidade e, são interlocutores desta comunidade ao nível da direcção do projecto. Tem a missão de mobilizar as comunidade sobre a filosofia do projecto e, mobilizam para a sua contribuição nas actividades de desenvolvimento.

parentes de membros influentes da comunidade, no caso concreto do regulado de Majaua, onde está em curso a construção duma escola. Assim, estes podiam ser familiares de mebros do CD, do secretário da Zona, do facilitador local, genro do secretário, amigo do pedreiro contratado etc, em detrimento de participarem nestas actividades famílias altamente carenciadas, nas zonas identificadas com ajuda da comunidade.

Esta visão é clarificada por Burkey 1993:43, citando um exemplo de extensão em que somente a minoria mais poderosa se beneficiou o que pode constituir potencial foco de conflito. Adianta que para contrariar esta situação Burkey refere que no trabalho com os pobres é preciso discriminar em benefício dos mais pobres e, isto pode ser feito conscientemente direccionando em benefício dos mais pobres os nossos esforços.

A participação que analisamos depois de traçado o quadro acima, conclui-se ela não encontra enquadramento na definição que colocamos, pois alguns membros da comunidade são remunerados, constituindo o facto, num ponto de *conflito*, pondo em causa a questão da sustentabilidade do Projecto, devido à critérios diferenciados no tratamento da comunidade participante. O facto não retira a essência da lógica do desenvolvimento comunitário, porque as actividade resultam da decisão da comunidade, colocando no entanto à necessidade urgente de reflectir num modelo coerente de tratamento aos participantes nas actividades do Projecto, mas que garantam a sustentabilidade⁶⁰.

A mentalidade da comunidade para a sua remuneração nas actividades de desenvolvimento local, prende-se também com o facto de Derre, ter sido fortemente

assolado pela guerra e, portanto ter-se beneficiado de muita ajuda de emergência levadas a cabo por diferentes ONG's incluindo a VMI⁶¹.

3.2.5. *Regulado de Majaua- Mecanismos Locais de Solidariedade com Crianças Órfãs*

O avanço da epidemia do HIV/SIDA constituirá um grande desafio para as áreas de desenvolvimento de programas da Visão Mundial. O número de crianças órfãs irá aumentar, e constituirá mais um desafio de, o projecto lidar-se com crianças órfãs.⁶² O que implica que o Projecto terá que mobilizar recursos para fazer face a esta nova "emergência", e numa situação de pobreza. Será este o grande desafio de todos os Projectos do Patrocínio à Criança, em particular o de Derre, se tivermos em conta que desde o ano 2000, corre o terceiro ano, faltando treze anos.

O capítulo presente enquadra-se no pressuposto segundo o qual, a comunidade têm mecanismos próprios de solidariedade em momentos de crise, fome etc. Assim, para a sua avaliação recorreu-se ao inquérito a famílias vivendo com crianças órfãs (6) dentro da área do Projecto, sobretudo no regulado de Majaua. Para avaliação da existência, ou não da solidariedade, baseamo-nos nos seguintes indicadores do questionário (i) os mecanismo tradicionais de cuidado às crianças em Moçambique e seu enquadramento para a área de estudo, procurando encontrar o vínculo existente entre a família

⁶⁰ Entenda-se sustentabilidade a capacidade adquirida pelas comunidade em dar seguimento das actividades depois da retirada da VMI nos próximos 15 anos.

⁶¹ NGOVENE (2001:29), refere que as populações dependiam essencialmente do apoio de ONG's que actuavam na área. Entre elas citam-se Save The Children UK, Action Aid, Oxfam UK, M.S.F (França), World Vision, Conselho Cristão de Moçambique; UNICEF, Projecto Sivilup e Sud (Itália), Cruz Vermelha Internacional, War on Want, Cruz Vermelha de Moçambique e Governo Italiano.

⁶² O Relatório de Desenvolvimento Humano (2000:69), considera a criança órfã como o pesado fardo do futuro. Estima para o ano 2000 cerca de 500.000 órfãos, dos quais 2/3 são de pais vítimas de SIDA. Projecta para o ano 2010 cerca de 1.4 milhões de órfãos, dos quais 80%, de pais vítimas do SIDA.

acolhedora e a criança integrada; (ii) as razões para colhimento da criança; (iii) e a importância da criança na família.

3.2.5.1 Mecanismo tradicionais de cuidados da criança órfã em Moçambique e o seu enquadramento no regulado de Majaua.

Crianças de um ou sem parente, são integradas na família seguindo as normas particulares de filiação. Moçambique divide-se em sistema de filiação matrilinear e patrilinear no norte e sul do Zambeze respectivamente. As responsabilidades sobre as decisões a cerca do cuidado da criança e decisões-chave nas suas vidas, não passa por um ascendente biológico, mas com tios maternos nos sistemas matrilineares, e tias paternas nos sistemas patrilineares.⁶³

As obrigações e direitos da família são complexas e, não podem estar dissociadas das normas sociais relativas ao casamento, divórcio, propriedade e etc. O lobolo por exemplo nos sistemas de filiação patrilinear transforma o entendimento das relações familiares em categorias de propriedade. A família da mulher recebe dinheiro e bens no casamento criando um contrato social com implicações económicas. A família do marido não só tem garantido o direito a criança resultante da união, e ela assume a obrigação de cuidar destas crianças. Ao contrário do que se passa ao norte do zambeze, nos sistemas de filiação matrilinear,⁶⁴ onde a matrilineagem da mulher assume direitos e obrigações.

⁶³ Medeiros, 1990 citado por Charnley, Mause, Sitoi, 1993:3

⁶⁴ Abdulai, 1993, citado po Charnely et al, 1993:3

No estudo de caso de Majaua, verifica-se ausências de situações de desamparo total, portanto todas as crianças órfãs de dois entrevistadas (6) encontram-se integradas dentro das famílias alargadas⁶⁵, próximas da parte materna. O facto de não se verificarem situações de desamparo pode significar que o mecanismo tradicional de cuidados da criança baseado nos sistemas de filiação é automaticamente accionado, nos casos de desaparecimento dos pais da criança, havendo situações de integração numa altura em os pais ainda se encontravam vivos, mas gravemente doentes. Vejamos a tabela-resumo, só de famílias vivendo com crianças órfãs de pai e mãe no regulado de Majaua:

Nº	Nome do Acolhedor	Ocupação	Estado Civil	Relação/Criança Acolhida	Razoes para acolher a criança	O papel/importância da criança na família acolhida
1	Morene Pereca	Camponês	Casado	Tio materno da criança, mantém cerca de 4 irmãos em sua casa.	O facto de ser o mais velho da familia.	
2	Benha Cassalanga	Camponês	Casado	Avó materno da criança. Mantém uma única criança em sua casa.	Levei o menino Reis porque ele é o filho da minha filha.	É tornar mais viva e bem levantada.
3	Garrido Vaguessola	Camponês	Casado	Tio materno. Incluindo a criança acolhida, mantém em sua casa cerca de seis (6) crianças.	Levei a criança por ser mais velho e com condições na familia.	Ir a escola e trabalhar em casa.

⁶⁵ Num estudo de Charnely, apontam para a coesão dos sistemas de filiação matrilinear pela menor número de orfanatos no norte do Zambeze, portanto há segundo estudo uma coesão familiar.

4	Somélia Jenicesse	Camponesa	Casada	Tia materna da criança acolhida, são cinco (5) crianças no total	Levei a criança porque é meu sobrinho directo: filho da falecida irmã	Ajudar trabalhos em casa, uma casa sem criança não é casa.
5	Eugénio António	camponês	Casado	Filho da irmã.	Havia outras pessoas para ficar com ela, mas depende da forma como cuidar. Sou família directo da mãe.	Ajudar a lavar pratos e varrer em casa
6	Joaquim Wafero	Camponês	Casado	Avó materno. No total estão em sua casa dez (10) crianças.	Não conheço o pai.	Ajudar trabalhos em casa, ficar guardar em casa,

A integração destas crianças ocorreu espontaneamente e, muito destes casos continuam desconhecidos pelas autoridades da Visão Mundial e da Acção Social.

3.2.5.2. Razões para acolherem as crianças órfãs nas famílias

Entrevistas levadas a cabo como parte da avaliação do projecto Patrocínio à Criança, sugerem que a responsabilidade para com as crianças órfãs dentro das famílias estão mais no sentido duma obrigação familiar:

"... porque sou o mais velho da famílias com mínimas condições em

relação aos outros...¹⁶⁶

"... eu levei o menino reis porque ele "é o filho da minha filha, por isso não devo deixar fora ..."¹⁶⁷

Como outras razões para acolher as crianças, contam-se, a importância que estas crianças pode desempenhar na família acolhedora, apesar de se ter notado um receio de responder em relação às reais actividades que as crianças possam desempenhar em função da realidade do campo. Houve casos em que se respondia que a criança nada fazia dentro da família. Mas, o trabalho na machamba afigurou-se como o importante papel que esta criança possa desempenhar e outras actividades que lhe possam solicitar:

"... a criança é para ajudar os trabalhos em casa, numa casa sem criança, não é casa"¹⁶⁸.

Um dos aspectos que pode reforçar a solidariedade para com as crianças órfãs dentro das comunidades é o próprio carácter simbólico que a crianças possui. As declarações da sr^a Emília apontam exactamente nesse sentido, independentemente das condições que se possam ter dentro da casa é importante ter uma criança. Mas a solidariedade apurada no regulado ela se processa no quadro da família extensa.

Apesar de haver tal solidariedade entre as famílias, o Projecto Patrocínio a Criança não tem sabido tirar partido desta situação, procurando famílias que acolhem tais crianças para fazerem parte do Projecto. Era necessário um estudo de base para o diagnóstico de tais famílias, um trabalho que eventualmente poderia ser apoiado pela própria comunidade. No regulado de Majaua verificou-se numa família em que cerca de 6

⁶⁶ Garrido Vagessola, tio materno de Jovem Fasbem, órfão de pai e mãe- regulado de Majaua.

⁶⁷ Bemba Cassalanga- avo materna de Reis Custódio- órfão de pai e mãe- regulado de Majaua.

crianças estão integradas nesta, mas que nenhuma delas fazem parte do Projecto. Isto pode ter as seguintes explicações: ou a mobilização não abrangeu tal família, ou por se ter produzido maus entendimentos sobre o registo de criança (havia rumores que as crianças seriam vendidas a um tal madeireiro local), então poderia ter havido receios nesse sentido. Portanto todas interpretações podem ser válidas pela sensibilidade que pode ter um projecto de crianças na zona rural como adiante podemos constatar: *“Logo no início do Projecto as pessoas não percebiam e no campo o nível de ignorância é maior e pensavam que levávamos as crianças para vender. Para ultrapassar tivemos que trabalhar com os régulos e pastores das igrejas”*⁶⁹

3.2.5.3. *A importância do Projecto para as comunidades*

Avaliar a importância do Projecto para as comunidades, todo o resultado da avaliação deverá ser cautelosa se entendermos que o Projecto, vai no seu segundo ano fiscal e, por conseguinte as comunidades não estão perfeitamente informadas sobre as lógicas do Projecto. Para o presente capítulo quisemos saber dos entrevistados o que teria mudado no regulado antes e depois de instalar o Patrocínio a Criança:

- *“O ano de 2000 chegou aqui em Majaua, as crianças não pagam matrícula, estão a fazer escola e, depois vão fazer hospital e, já tem poço de água, as crianças recebem encomendas”*⁷⁰;
- *“Há mudanças na parte da educação com a ajuda do Projecto. Antes do Projecto as crianças viviam não em condições satisfatórias. Hoje o projecto está apoiar nas*

⁶⁸ Emília Jenicesse- tia materna de Timóteo Viegas- órfão de pai e mãe- regulado de Majaua.

⁶⁹ Anastácio Pedro Quaria- Gestor do Projecto. Entrevista em 04.01.02

*questões de desenvolvimento, as vezes na escola arranjam alguns utensílios para satisfazer as necessidades das crianças que estão dentro do Programa*⁷¹

- *"Eu estou satisfeito porque o Projecto está a fazer boas coisas..."*⁷²

Duma forma geral o Projecto tem de forma significativa ajudado as crianças e as famílias. As crianças dentro do Projecto têm as despesas da educação garantidas, como é o caso de matrículas, compra de material escolar, mas também têm garantida a assistência médica e medicamentosa. No caso de morte esta famílias são apoiadas nas despesas relativas á cerimónias fúnebres e outras relacionadas.

3.2.6 O Projecto e as Políticas do Governo

O Patrocínio á criança tratando-se dum Projecto multisectorial a sua relação com as instituições Ministerias ao nível da Província deverá ser analisada obviamente de forma interministerial, para se apurar o grau de relacionamento por área. Assim, três instâncias forma escolhidas para o efeito: Direcções Provincial e Distrital da Acção Social, Direcção Distrital de Saúde e Direcção Distrital de Educação:

3.6.1. Actividades principais.

Para o presente ponto pretende-se dar ênfase aos sectores da saúde e educação e da acção Social os quais têm merecido maior atenção dentro das Áreas de Desenvolvimento de Programas-ADP.

⁷⁰ Entrevista com o régulo substituto Bique Piasse Mamela, em

⁷¹ Entrevista com Francisco Pitala Waera Membro do Comité de Desenvolvimento do Projecto para a região de Galave.

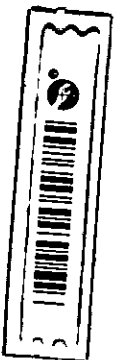
⁷² Eugénio António, tio duma criança dentro o Projecto em Majaua. Entrevista em

3.6.1.2. Educação: construção de Escolas, distribuição de material escolar e promoção de seminário para capacitação de Professores.

"Uma das apostas da Política Nacional de Educação, para além do alargamento da rede escolar, é o aumento da taxa de escolaridade e a melhoria da qualidade de ensino."⁷³

Esta visão é também partilhada no Programa do Governo para o quinquénio 95/99, em que reafirma os compromissos 2 e 8, assumidos em Copenhague, ressaltando a necessidade de concentrar esforços na redução dos níveis de pobreza absoluta a médio prazo e na melhoria das condições de vida das populações através de maiores investimentos na educação, saúde desenvolvimento rural e emprego⁷⁴.

Em resposta à visão estratégica do governo em relação à educação, o Projecto de Derre com a participação da comunidade construiu cinco (escolas) com material local, ao mesmo tempo contratou professores em que os seus salários foram suportados pelo Projecto na base salarial do Estado, aos professores sem devida formação o projecto custeou as despesas dum seminário de capacitação, prevendo-se que outro ocorra no ano 2002. No mesmo período foi feita a distribuição de material escolar em todas as escolas onde o Projecto opera. A esta fase seguiu-se à construção de escolas completas melhoradas e, estão em construção no ano 2002 duas, nos regulados de Majaua e Galave⁷⁵.



⁷³ Circular n° 1-Direcção Distrital de Educação de Morrumbala/2001

⁷⁴ Relatório Nacional de Desenvolvimento Social, 1995

⁷⁵ Pedro Anastácio Quaria- Gestor do Projecto. Entrevista, 05.01.2002

A aposta por parte da VMI no financiamento à educação, como investimento a longo prazo se apresenta como um grande desafio, se se entender que muitos doadores são relucantes em financiamentos de actividades de desenvolvimento de longo termo⁷⁶.

O desempenho do Projecto na área de educação pode ser constatado nas seguintes declarações:

"... tenho que agradecer tanto a nossa parceria, Educação e o Projecto Patrocínio a Criança, primeiro porque apoiam bastante nos recursos humanos, nós contratamos e fazem pagamentos de salários, nas construções temos algumas obras em fase de acabamento, outras estão a arrancar, daí considere positiva a nossa parceria com o projecto"⁷⁷

3.6.1.3. Área de Saúde

À semelhança do sector da educação, a saúde tem merecido maior atenção pela VMI, através do Projecto em estudo. Na área da saúde o governo aponta como objectivos fundamentais, baseados no aumento dos cuidados de saúde essenciais, com prioridade para os grupos de risco, principalmente mulheres e crianças⁷⁸. Na resposta ao princípio estratégico do governo, o projecto de Derre levou a cabo diferentes actividades entre 2000 a 2001: reabilitação do Posto de saúde de Derre, assistência médica e medicamentosa às crianças inscritas. No regulado de Majaua entre 02/08/01 a Dez de 01, foram atendidas no posto de saúde de Derre cerca de 22 crianças inscritas⁷⁹.

⁷⁶ Machel, 2001:103

⁷⁷ Felizardo Maurício- Chefe da Secção da Direcção Pedagógica- Distrito de Morrumbala, 03.01.2002

⁷⁸ Relatório Nacional de desenvolvimento Social, 1999

⁷⁹ Jonatá Joaquim Wafero- Facilitador do Regulado de Majaua. Entrevista, 19.12.2001

A contribuição do Projecto na área da saúde pode também ser confirmada nas seguintes observações:

"... há articulação com o PAV. Assistem as crianças na componente materno-infantil, planeamento familiar, apoiam as brigadas móveis de vacinação em transporte do pessoal técnico. O desempenho do projecto considero razoável, ele tem tendência a readaptar-se ao sistema de saúde"⁸⁰

Apesar de, na prática ser razoável, há aspectos que não são de consenso entre o Projecto e os serviços de saúde, portanto a Direcção Distrital da Área: *"o(a) Assistente de saúde devia reservar o seu tempo para apoio técnico na sua área de formação. Pagam o enfermeiro e não exerce a sua profissão...! Inscrver uma criança devia ser feito pelo agente de acção social"⁸¹*

O que nos ressaltou destas afirmações, é que, o enfermeiro contratado pela VMI devia também entrar nos hospitais (Centros ou Postos de Saúde) para exercer actividades relacionadas com a sua formação. O que tem acontecido é, o(a) enfermeiro(a), geralmente aparece como elo de ligação entre o Projecto e as Direcções de Saúde, para actividades como: organização de campanhas de vacinação, construção de posto de saúde, portanto num quadro de actividades relacionadas com o sector de saúde. Mas, esta asserção não pode ser extrapolada para todos os Projectos do Patrocínio à Criança. O caso particular de Derre, forma várias as vezes em que o enfermeiro responsável pela área de saúde, ajudou em trabalhos no posto de saúde de Derre, em Dezembro de 2001, a quando da eclosão da cólera.

⁸⁰ Edmundo Cipriano- Director Distrital de Saúde-Morrumbala. Entrevista, 03.01.2002

⁸¹ Idem.

3.6.1.4 O Projecto e as Políticas Governamentais no contexto de desenvolvimento

Pretendemos com este ponto explicar como é que o projecto responde às políticas governamentais no contexto de desenvolvimento. No âmbito da Acção Social, fomos encontrar que ele responde à Política Nacional de Acção Social, através da Resolução nº 12/98 de 9 de Abril, no seu ponto 2.3, alínea a), refere que é objectivo desta Política implantar uma cultura dos direitos da criança que reconheça as suas necessidades individuais e colectivas e comprometa a família, o Estado e os diferentes sectores da sociedade na satisfação das necessidades básicas da criança. A resposta da VMI, como sector da sociedade, tem aponatado para os sectores sociais bases, Saúde e Educação.

Na mesma Política, advoga-se os princípios estratégicos, sobre os quais o Projecto tem dado resposta: **Complementaridade**- as acções a favor da criança tem sido desenvolvidas de forma integrada, através de intervenções multidisciplinares (saúde, educação, água, infraestruturas, etc); **Participação**- o envolvimento da família, da comunidade e da criança tem sido de extrema importância na dinâmica da implementação do Projecto; **Não institucionalizar**- as crianças são atendidas na família, na comunidade e não nos orfanatos.

No quadro do relacionamento entre as estruturas do projecto com as governamentais, o estudo mostrou que ele é mais vincado ao nível distrital e dos Postos administrativos, do que propriamente ao nível provincial. Pode-se falar de algum "desconhecimento" do que se passa no campo.

Todos estes princípios estratégicos, enquadram-se na perspectiva do Projecto de Derre. Duma forma geral, pode-se afirmar que o Projecto enquadra-se na estratégia Nacional do Governo de combate a Pobreza Absoluta. Em 1991, no contexto geral de implementação

do PRE, o Governo introduziu a dimensão social do ajustamento, na consciência de que uma pobreza estrutural como a que o país sofria/sofre não podia/pode ser resolvida somente com acções de assistência ou protecção social e de estabilização macroeconómica. Pelo contrário, elas devem inserir-se nos objectivos gerais de redução dos bloqueios estruturais que inibem o crescimento económico equilibrado: a falta de recursos humanos, o fraco acesso a infraestruturas sociais de saúde, educação... vias de acesso etc⁸².

CAPÍTULO V: CONCLUSÕES

O distrito de Morrumbala, sobretudo o Posto Administrativo de Derre, foi uma região fortemente assolado pela guerra dos 16 anos entre a RENAMO e FRELIMO. As consequências desta guerra nas áreas sociais, embora não haja fontes, podem ser descritas como graves, se se entender que é dos locais mais afectados do país. Estas consequências podem ser consideradas mais graves sobre as crianças considerando esta, a camada mais vulnerável em situações de crise.

Em Moçambique durante vários anos foram sendo adoptadas diversas formas de proteger as crianças em situações de crise. Por exemplo depois da independência, aquelas desamparadas eram recolhidas para os orfanatos, em que o estado assumia responsabilidades sociais perante esta criança. O decurso da guerra entre a RENAMO e a FRELIMO, o número de crianças em situações de necessidade ia aumentando e desafiava-se a capacidade de resposta do Estado perante o aumento cada vez maior de criança nesta situação e, numa situação em que o número de instituições eram em

⁸² Relatório Nacional sobre Desenvolvimento Social, 1999

É neste quadro que podemos encontrar o enquadramento para que a VMI opere em Moçambique e, sobretudo a implantação do Projecto Patrocínio em Derre em 2000. Este procura prosseguir com o atendimento baseado na comunidade e, todo apoio para a criança procura ter em conta as necessidades da criança, da família e da comunidade, como o advogado por Kanji(1990).

Este modelo é resultado dum condição real de Moçambique, dum país com cada vez mais crianças em situação de necessidade, em que as contas do governo já podem assegurar que todas as crianças possam ser atendidas em orfanatos, como foi demonstrado pelos níveis percentuais do orçamento do Estado alocado á Acção Social, e numa situação em que o PRE agravou a condição de vida de muitos moçambicanos e, anteriormente o avanço da guerra em moçambique.

É modelo de resposta ao agravamento dos níveis de pobreza⁸⁵ não só em Moçambique mas na maioria dos países do mundo. Pode-se afirmar por inferência que o modelo de atendimento baseado na comunidade é uma “*resposta*” aos efeitos sociais do PRE e do agravamento do conflito armado para o caso moçambicano.

Foi também objecto de análise a capacidade que as comunidades tem de se integrarem numa situação de crise. O facto resulta no facto de Projecto lidar com as questões de criança e em face da situação de várias doenças incluindo o SIDA, queremos saber como é esta comunidade integra as crianças órfãs. Concluiu-se que todas das crianças órfas abrangidas pelas entrevistas estão integradas nas famílias sobretudo na sua parte materna o que corresponde ao próprio sistema de filiação matrilinear do norte do

⁸⁵ Num estudo de GREEN, R.H (1991) para MPF, concluiu que a guerra associada ás condições de seca na última década teve repercursões severas sobre a produção e segurança alimentar, enquanto o PRE, concebido pelo Banco Mundial aumentava os níveis de Pobreza Absoluta para pelo menos 60%.

número reduzido. Ao estado cabia uma resposta a esta situação.

As políticas de reajustamento estrutural iniciadas em meados da década de 80 aceleraram o processo de mudança na abordagem ao atendimento á criança, aliado a isto a própria recessão económica do início dos anos 80 e as calamidades naturais, condicionaram esta viragem, é o período em que diversas organizações iniciaram a operar em Moçambique como condição que a comunidade internacional tinha imposto a Moçambique para ajuda alimentar. Neste prosseguimento, o governo elaborou o PLRF- Programa de Localização e Reunificação. Era objectivo deste integrar todas as crianças desamparadas nas famílias ao invés do internato e procurando dar o apoio necessário a esta família. Aliás, o ano de 1979- ano internacional da criança tinha sido marcado por Declaração⁸³ interessante que justifique o PLRF. Ao PLRF (no distrito de Morrumbala ele abrangeu somente a sede), seguiram-se mudanças relativas á instituição dum organismo independente que velasse pelas questões de Acção Social, podem citar-se, a SEAS- Secretaria de Estado de Acção Social, MCAS- Ministério da Coordenação da Acção Social e o MMCAS- Ministério da Mulher e da Coordenação da Acção Social.

Estas reformas visavam modificar as leis atinentes á Acção Social (em relação a criança advogou o atendimento baseado na família, como a Declaração de 1979 assinalava) e, sobretudo o governo procurou colocar-se numa posição de coordenador e não de executor, relegando este papel ás organizações⁸⁴.

⁸³ Esta Declaração considerava importante que a criança numa situação de desamparo tivesse o direito de viver com uma família que lhe amasse. Para entender a perspectiva legal desta declaração seria importante percorrer a Lesgilação relativa á Lei da Família, para se perceber com exactidão a essência da Declaração.

⁸⁴ Pode-se ler a Resolução interna do conselho de ministros número 12/98 de 09 de Junho na pág. 2 como o objectivos por parte do Ministério no âmbito da Política de Acção Social: "favorecer a coordenação e articulação intersectorial no atendimento á criança, impulsionando a descentralização e a parceria entre o Estado e a sociedade civil."

Zambeze. Há um nível considerável de solidariedade entre as comunidades em relação as crianças órfãs, portanto não se verificam situações de desamparo no Majaua.

Urge uma necessidade maior de a VMI, maximizar esta capacidade das comunidades procurando sobretudo incluir em primeiro lugar no Projecto crianças órfãs para reforçar capacidade comunitária já existente, senão com o tempo nas áreas do seus Projectos terá se reproduzido grandemente o número da população de órfãos, suficientes para subverter toda e boa tendência de desenvolvimento⁸⁶.

Outro objecto de estudo não menos importante foi a análise da participação das comunidades no Projecto. Esta participação enquadra-se realmente nas perspectivas de desenvolvimento comunitário, coloca-se com urgência a definição de parâmetros de tratamento das populações que participam quer nas actividades remuneradas, quer nas não remuneradas.

⁸⁶ XIBERRAS, 1997 refere numa obra sobre teorias de exclusão social que, as populações de excluídos têm a tendência a organizar-se e, definem os autores da norma- os que excluem, como inimigos a eliminar.



Fontes Consultadas

Plano:

1. Entrevistas
2. Obras, Documentos não publicados, Teses artigos.

1. Entrevistas

1.2. Membros do Governo/ Trabalhadores do Projecto

Anastácio Pedro Quaria- Gestor do Projecto Patrocínio a Criança de Derre

Edmundo Cipriano- Director Distrital da Saúde- Distrito de Morrumbala

Felizardo Maurício- Chefe da Secção da Direcção Pedagógica da DDE/Morrumbala

Jacinto Gaspar Nascimento- Director Distrital de Acção Social em Morrumbala

Judite Muaera- Chefe do Departamento de infância e Idoso na DPMCASZ

Máximo Bonifácio- Técnico da Acção Social na DPMCASZ

1.3. Membros da Comunidade

Ana Paula Ferro- Divorciada com três filhos fora do Projecto

Bamba Casselanga- Avó materna duma criança Órfão

Bique Piasse Mamela- Régulo Substituto de Majaua

Custódio Soares Viagem- Facilitador de Namaguadila

Diolinda Zeca- Divorciada com 2 filhos fora do projecto

Emília Jenicesse- Tia materna duma criança órfã

Eugénio António- Tio materno duma criança dentro de Projecto

Fernando Pessulo Sanuda- Facilitador do regulado de Casua

Francisco Pitala Waera- Membro do Comité de Desenvolvimento do Projecto

Garrido Vaguessola- Tio materno duma criança órfã

Jonatá Joaquim Wafero- Facilitador do Projecto em Majaua

Otilia Pessulo- Divorciada com 2 filhos fora do projecto

Régulo Majaua- debilitado fisicamente, não pôde dar informações precisas

Salgado Oliveira- avó paterno de Lúcia Magodo- criança órfã de pais não abrangida pelo projecto

1.4. Obras, documentos não publicados e publicados, Tese

- ABRAHAMSSON, H & NILSSON, A. Moçambique em Transição: Um estudo da História de Desenvolvimento durante o período 1974-1992. Padrigu: CEEI-ISRI, 1994;
- AIMA, T. A. Desenvolvimento and Africans Lost Decade: Crital Refletion on Afrcan crisis and current trends on development thinking and practise. In. Changing Paradigms in development- South, East and West: a meeting of minds in Africa ed. Sweden: Uppsala, 1991;
- ARMINÕ, K.P. Guia de Reabilitação pós-guerra: O processo de Moçambique e a contribuição das ONG. Bilbao: Hegoa, 1994;
- BURKEY, S. People First: a guide to self-rilient, participatory rural development. London & New Jersey: Books LTD, 1993;
- CHARNELY, H. Care needs of separeted children. The role of substitute family. Maputo: Save The Children UK, SEAS, 1994;
- CRAIG, G & MOYO, M. Community empowerment: a reader in participatory and development. New Jersey & London: Zed Books, 1995;
- DECRETO PRESIDENCIAL n° 29/90 de 10 de setembro;
- DICCIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1986;
- DOCUMENTO DA DDE/ MORRUMBALA. "CIRCULAR N° 1- 2001";
- DOCUMENTO DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE: A reintegração social da criança envolvida no conflito armado, 1994;
- FDC, OMS. Relatório do Seminário sobre "Criança afectada pela Guerra", 1997;

INFORMAÇÃO GERAL SOBRE O POSTO ADMINISTRATIVO DE DERRE/
Comando da Polícia Local, 2000;

KANJI, N. War and Children in Mozambique: Is International aid Strengthening or eroding the community- bailed policies? In. Community International Journal. Oxford: International African Bibliography, 1990. Vol. 20;

LANGA, J. A. A história da não institucionalização em Moçambique. Maputo: SEAS, 1993;

MACHEL, G. The Impact of War on Children. Cape Town: David Philip Publishers, 2001;

MAÚSSE, M.A. & SITOI, A.M. O papel da Família Substituta na Socialização da Criança desamparada pela Guerra: Um estudo de caso dos distritos de Homoine e Morrumbala. Maputo: SEAS, 1994;

MAÚSSE, M.A. As Crianças, a Guerra e os Mecanismos de integração: um estudo do caso do Distrito de Homoine: Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do Grau de Licenciatura. Maputo: UEM, 1995;

MILES, S & MEDI, E. Community Based Support for disabled children in post-war Mozambique, sd;

NGOVENE, S.H. A Política Agrícola e o Sector Familiar na Zambézia, particularmente no posto Administrativo de Derre, 1975-2000. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Licenciatura em História. Maputo: UEM, 2001;

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. Educação e desenvolvimento Humano: Percurso, Lições e Desafios para o Séc. XXI. Maputo: SARDC, UEM, PNUD.

1999/2000;

RELATÓRIO NACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 1995-1998.

Maputo:1999;

RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA AFRICANA SOBRE CRIANÇA, 1991;

SAVE THE CHILDREN. Orçamento da Criança, 2001;

WILSON, K. The Socio-Economic Impact of War and Flight in Posto Derre,
Morrumbala District, Zambézia, January, 1992;

ANEXO I:

DERRE- GEOGRAFIA, CONDIÇÕES NATURAIS, ESTRUTURA SÓCIO-POLÍTICA, POPULAÇÃO E HISTÓRIA, DESCRIÇÃO DO PROJECTO.

Para melhor compreensão do tema em análise, pensamos que torna-se pertinente apresentar a caracterização do campo em estudo, não só por ser um elemento importante, mas também a construção do conhecimento assim o impõe. Sendo assim, iremos em linhas muito breves passar em revista a situação de Derre, seguindo a apresentação acima citada.

1.1. Localização.

O Posto Administrativo de Derre situa-se a norte do Distrito de Morrumbala; é limitado ao este pelo Distrito de Nicoadala; ao oeste pelo Posto Administrativo de Chire; ao norte pelos Distritos de Mocuba e Milange; ao sul pelo Distrito de Mopeia¹. Possui uma superfície de 4715 Km², e é o maior Posto Administrativo do Distrito de Morrumbala. Possui três Localidades: Sede, Guerissa e Machindo. Majaua, um dos Regulados, da Localidade Sede, onde foi feito o trabalho de campo para o presente trabalho situa-se a 16 Km da Sede do Posto, mais para o norte².

1.2. Condições Naturais

O Posto Administrativo de Derre, apresenta numerosas elevações, entre elas os montes Murumbero, Maroroue, Uluala, Massangane, Chimbirine, Nicacacte, Licose e Minhangué. Derre é rico em rios, extensos e pouco caudalosos; aumentando o seu caudal durante o período chuvoso. Os principais rios são, Lualua, o rio Ruarua,

¹ Informação Sobre Situação Geral do Posto Administrativo de Derre, 2001:2

² CLUSA-MOÇAMBIQUE, 1999:4

Tambisa e o rio Marrongue³. Derre é também um Posto rico em recursos florestais e faunísticos, onde a população faz a caça e, encontra emprego através de empresas madeiras que operam no Posto. O risco duma deflorestação da reserva faunística levou aos habitantes à formação duma Associação local de Defesa e Saneamento do Meio Ambiente- ACODEMAZA, apoiados pelas ONG's e pelos Serviços Provinciais de Florestas e Faunas Bravia. ACODEMAZA, para além destas actividades, trabalha também na divulgação da lei de Florestas e Fauna Bravia.

A Agricultura é actividade básica da população, sendo praticadas as culturas de milho, mandioca, feijão e de rendimento como o algodão. Para o fomento e comercialização desta cultura, está sediada no Posto uma Empresa do género, a AGRIMO.

1.3. Estrutura Sócio-Política

Administrativamente o Posto está dividido em três Localidades. Administração do Estado está representada na figura do chefe do Posto; outros Ministérios aí representados são da Educação, Saúde fundamentalmente. Em paralelo à administração do Estado, estão os Regulados, estruturas aparentemente consensuais ao nível das comunidades. Actualmente assiste-se a um "confronto" entre estas e as estruturas representadas pelos Secretários dos Grupos Dinamizadores devido ao retorno dos líderes tradicionais, muitas vezes gozando de maior popularidade junto às comunidades locais⁴.

Uma situação que retrata esta situação de aparente "confronto" pode ser retratada nas seguintes declarações:

³ Ver Ngovene (2001)

⁴ Save The Children Fund, 1995:14

“... com a chegada da FRELIMO retiraram-me desta área do regulado, em substituição ficaram os Secretários... o que me cria problemas é que não estou a resolver problemas que afectam a comunidade, são resolvidos pelos Secretários e fico como simples assistente, por isso fico sem dinheiro, passando só e só nas mãos dos Secretários ”⁵

Esta situação de “crise”, não é no entanto confirmada pelo Chefe do Posto Administrativo, a confirmar-se pelas seguintes declarações:

“Há um bom relacionamento entre as estruturas locais”⁶

O Posto é constituído por três localidades: Localidade Derre Sede (Régulos Nhanzaza, Golombe, Mulombe, Chilo, Galave, Maticula e Majaua), Localidade de Machindo (Régulos Machindo, Mulombe) e Localidade de Guerrissa (Régulo Guerrissa).

1.4. População

De acordo com o recenseamento Geral da população de e habitação de 1997, a população do Posto Administrativo de Derre era de 56.891 habitantes, sendo 27.988 mulheres e 28.903 homens. Os grupos populacionais existentes no Distrito e no Posto são Lolo, Lomwè, sena, entre outros. As línguas mais faladas são Sena, Lolo, Lomwè, também fala-se Macua e Chuabo.

⁵ Entrevista com Régulo Majaua, 27.12.2001

⁶ Entrevista com Vasco Mofate João- Chefe do Posto Administrativo de Derre, 18.12.2001

ANEXO II

2. Descrição do Projecto Patrocínio a Criança

2.1. *História da Visão Mundial Internacional*

Em 1974, Bob Pierce, jovem Evangelista Americano visitou a China na Universidade de Amoy, na Ilha do mesmo nome, (hoje Xiamen) no estreito das Ilhas Formosa. No seminário que Bob dava havia sido ouvido por uma Missionária chamada Tena, onde convidou Bob, que desse o mesmo numa escola de crianças de que Tena era coordenadora. Bob aceitou e dirigiu as boas novas de Jesus para as crianças Chinesas da Escola. No dia seguinte quando Bob se despedia de Tena, viu uma criança chorando, com horríveis marcas rochas e estava ferida, seu vestido cheio de sangue, seus olhos inchados a chorar.

A menina chamava-se Jade Blanco, tinha sido golpeada pelo pai pelo facto ter assistido à reunião de Bob na escola de crianças e ter aceite a Jesus. Tena entregou a menina nos braços de Bob, perguntando-lhe o que ia fazer a este respeito. Tena já não possuía lugar para mais crianças no seu centro. Jade precisava de ser cuidada. Tudo o que Bob tinha eram cinco dólares. Isso era suficiente para comprar um vestido novo, um pouco de arroz e um giz para a escola. Tena pediu a Bob que mandasse mensalmente cinco dólares e, assim, permitiria que Jade Blanco dormisse na cozinha e prometeu cuidar dela.

Nascia assim, a VMI com apenas cinco dólares e um ministro dedicado ao cuidado de crianças deste mundo. O Projecto Patrocínio a Criança opera nos termos do surgimento da VMI⁷.

⁷ Longa, 2001:6

2.2. A Visão Mundial em Moçambique

A VMI opera em Moçambique desde 1983, numa primeira forma sob forma de ajuda de emergência às vítimas e deslocados de guerra. Depois seguiu-se à fase de assistência no reassentamento dos refugiados após aos acordos de Paz. Em 1994 a VMI transitou para diferentes intervenções de desenvolvimento, com actividades em áreas de produtividade agrícola, reabilitação de infraestruturas, água e saneamento e Relações com Igreja. Os fundos para estes Projectos foram doados por instituições estatais e agências internacionais para o desenvolvimento e, tinham enfoque nas crianças, principalmente do grupo dos 0-5 anos. Com a preocupação do futuro destas crianças, definiu-se novas estratégias à volta de Programas de crianças, Patrocínio à Criança vem exactamente nesta lógica de redefinição dos Programas anteriores, desta feita com maior duração do Projecto- 15 anos, flexibilizando os recursos.

2.2. Estratégia da VMI

A meta estratégica da VMI é de que o desenvolvimento holístico deverá priorizar as necessidades da criança, da família e da comunidade. Esta meta é vista como combinação dos seguintes factores: melhores condições de saúde e do estado nutricional, aumento do acesso a oportunidade de educação. Como se pode depreender só através de actividades diversificadas se poderá atingir a meta-bem estar da criança...!

2.3.O Projecto Patrocínio a Criança

O Patrocínio é um Projecto que opera em Derre desde Abril de 2000. Derre representa uma área de desenvolvimento de Programas-ADP, com enfoque nas

necessidades das crianças. É um Projecto cujo funcionamento se pode considerar complexo, dado que os fundos para a sua gestão provem de particulares, Patrocinador de cada criança. O Patrocinador se compromete a prestar ajuda à "sua criança" durante o período de vigência do Projecto-15 anos, com intuito de ver esta criança saudável e a frequentar a escola, como princípios básicos. A Visão Mundial, sobretudo a Direcção do Programa, e o Staff do Projecto constituem o elo de ligação entre a criança e o seu patrocinador. O grupo alvo para estar dentro do Projecto compreende as idades entre os 5 aos 12 anos de idade. Actualmente o Projecto apoia cerca de 1842 crianças, todas consideradas em situação difícil, entre elas também órfãs de dois ou de um.

Vejamos o ciclo do processo de angariação de Patrocinadores:

- **1ª fase (Derre):** inscrição de crianças-tiragem de fotografias e dados pessoais da crianças;
- **2ª fase (Maputo):** codificação dos dados e envio para os escritórios que apoiam o Projecto de Derre-EUA;
- **3ª fase (EUA):** marketing das fotografias e dados pessoais da criança, através de TV, Internet, Jornais nos EUA para angariação de Patrocinadores para cada criança;

Depois de angariado o Patrocinador ele passará a fazer contribuições mensais, para aquela criança e, esse valor servirá para o desenvolvimento da zona em que a criança vive, no caso concreto, Derre. O Projecto se responsabiliza, como intermediário, na educação e na saúde da criança. Para o primeiro caso em material escolar e matrículas enquanto para o segundo, em assistência médica e medicamentosa. É importante referir que nem todas crianças inscritas terão patrocinador, mas passarão a ter os mesmos benefícios que as crianças com patrocinadores, sendo a única

diferença o facto as patrocinadas receberem às vezes encomendas direccionadas, que podem ser em roupa, material escolar ou mesmo valores monetários, a partir dos seus patrocinadores.

Para compreendermos as funções do pessoal do Projecto vejamos o seguinte esquema hierárquico:

1. **O Gestor-** é o responsável máximo do projecto, normamente com a formação de nível superior. No caso concreto de Derre, é formado em Agronomia;
2. **Assistente comunitário-** sendo o projecto multisectorial, aparecem a ocupar esta posição pessoal de nível médio formado na área de saúde, agricultura, pecuária e outras áreas. São os executores dos programas no campo. Estes são supervisionados pelo Assistente Supervisor, também de nível médio;
3. **Facilitadores-** São pessoas da comunidade, escolhidas por esta para velarem das crianças do programa na comunidade. Cada um deles é responsável de cerca de 150 crianças no máximo. São assalariados.
4. **Membros do comité de desenvolvimento-** Também são escolhidos pela comunidade e tem a responsabilidade de servir de elo de ligação entre a VMI e a comunidade e sobretudo, sensibilizar as comunidades a participarem nas actividades de desenvolvimento. Apoiam nas campanhas de vacinação e na distribuição de material escolar para as crianças. São considerado os futuros "donos" do Projecto. Não são remunerados. Abaixo deste grupo segue a comunidade.

Anexo III

3.1. Desenvolvimento: história e significado

Os estudos sobre o desenvolvimento já foram tratados por Smith, Malthus, Ricardo, Sturt Mill, Karl Marx e outros. Recentemente os estudos sobre o desenvolvimento, Artur Escobar referiu que o conceito de desenvolvimento é um conjunto de ideias e práticas que historicamente tem início no século XX, como mecanismo de dominação colonial.

Particularmente acontece numa conjuntura do pós- segunda guerra mundial, do declínio do colonialismo, da guerra fria, da necessidade de novos mercados pelas potências, do desenvolvimento da ciência e da tecnologia nas nações do norte.⁸

Essencialmente este conceito vem responder a recessão económica dos países depois da segunda guerra, as rivalidades ideológicas, da URSS e dos EUA apoiados pelo ocidente europeu⁹. Tudo para fazer desenvolver os seus parceiros e, sobretudo desenvolver e expandir as suas ideologias políticas.¹⁰

Estas potências, usando o termo e criando respectivas instituições, somente quiseram estabelecer relações de reprodução do neocolonialismo fazendo acreditar que estavam engajados no processo de "empowerment" ou de redistribuição de riquezas.¹¹

Nesta altura o conceito orientou-se como modelo das nações no pós-guerra, embalado de uma construção neocolonialista e ideológica nas relações de poder entre as nações, como referiu Artur Escobar, em Gardner. Os países capitalistas se sentem

⁸ GARDNER, 1996:3

⁹ Lembro que por esta altura, as duas potências elaboram planos no sentido de fazer avançar os seus parceiros ideológicos para um desenvolvimento. O ocidente através do Plano Marshall e o leste europeu através do COMINFORM

¹⁰ PINHO, 1963:7

¹¹ GARDNER, 1996:3

responsabilizados em relação aos ditos países pobres, quer dizer estes deviam algo aos LDC's- Less Development Countries, assim, entre 1956-63 são constituídas instituições internacionais relacionadas aos assuntos económicos.¹²

Em relação ao seu significado, a palavra tem vários. E la encontra significado a partir da orientação disciplinar que se lhe pretende dar, por isso definir Desenvolvimento se torna difícil. Nas últimas décadas, depois do presidente norte-americano Henry Truman dividir o mundo em 1949- em desenvolvido e Subdesenvolvido- ela é compreendida através de acréscimos adjectivais que o acompanham: assim, existe desenvolvimento humano, social, político, económico, etc...

Sendo difícil definir o termo, sem incorrer-se a fragmentações discursivas, o percurso ou os desafios do desenvolvimento no sentido mais lato seria melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Mas definir o termo como crescimento económico e ainda comum, por razões históricas aliás, anteriormente mencionadas. Na verdade depois da crise de 1980¹³ e subsequentes programas de reajustamento estrutural, as reformas económicas, estavam no topo das agendas das organizações internacionais de cariz económica, tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que visavam a introdução de tecnologias sofisticadas, urbanização, alto nível de consumo, incremento, do nível social e mudanças culturais- e isto como se poderá depreender em frente terá haver com a teoria de modernização fortemente influenciada pelos liberais.¹⁴

Por outro lado, o desenvolvimento é definido como o incremento da quantidade de bens e serviços a disposição de um país, em determinado tempo e, verifica-se através

¹² MAIR, 1984:3-4

¹³ O optimismo da década de 60 foi substituído pelo pessimismo em 1980. Os países da África e América Latina enfrentam altas dividas, desigualdade no comercio internacional, insegurança.

¹⁴ GARDNER, 1996:7

de: nível de consumo, caracteres demográficos, consumo de energia, proporção entre sectores de produção, etc. Mas, o mais usado é a renda *per capita*.¹⁵

É preciso sublinhar que toda tendência de explicação sobre a forma de fazer desenvolver as nações, deve ser entendida como estando embuida dum cunho ideológico específico, mas sob duas correntes fundamentais: a Liberal- fortemente aliada a princípios democráticos e inscrita na economia de mercado com a propriedade privada e, a Radical- circunscrita nos ideais Leninista- Marxista- que dá ao estado a função de intervenção nas questões económicas.

3.2. Teorias de desenvolvimento

Historicamente Adam Smith pode ser considerado como um dos primeiros teóricos do desenvolvimento económico, por ter encarado a necessidade de aumentar os recursos económicos e da sua distribuição adequada, além da importância da formulação duma política clara que assegure tais processos. Esta visão se aplica entre os séculos XVIII e XIX na Inglaterra, EUA e Brasil.¹⁶

No mesmo período se destacam Malthus, Ricardo e Marx, este último que encarou o desenvolvimento como processo dinâmico, considerando o movimento a parte principal da vida económica da sociedade capitalista. Mas, a partir de finais do século XIX ate 1914, os economistas perdem interesse pelo fenómeno de desenvolvimento económico a longo prazo, dedicando-se a análise com base em desequilíbrios ou sistemas de interdependência geral.¹⁷ O espírito deste período será sobre a necessidade de alargamento dos mercados- portanto há uma fé do progresso gradual.

¹⁵ PINHO, 1963:12

¹⁶ PINHO, 1966:57-58

¹⁷ Idem.

Recentemente, a acentuação da diferença entre países ricos e pobres, encorajou o aparecimento de teorias de desenvolvimento, que rejeitam o progresso gradual e preconizam medidas para um salto ao desenvolvimento, e dividem-se em dois grupos:

3.3. Teorias Capitalistas de Desenvolvimento

3.3.1. Teoria de Desenvolvimento Desequilibrado

Cujos representantes são Donar, Kaldar e Hirschman em que refere que deve-se concentrar num curto período o máximo de esforços para que se removam todos os obstáculos ao desenvolvimento. Para esta teoria, os países subdesenvolvidos encontram-se desequilibrados porque em determinados sectores não ha penetração competitiva, a iniciativa privada é insuficiente. E o peso desta recai sobre o estado por recorrer a empréstimos no exterior devido a falta de poupança interna, e o estado interfere cada vez mais no mercado financeiro com todos os perigos que esta interferência pode trazer.¹⁸

3.3.2. Teoria de Desenvolvimento Equilibrado

Em resposta a primeira e, cujos representantes são Rosenstein, Rodan, Nurkee, Lewis e Scitovisky, que visa a promoção do desenvolvimento através de investimentos de capital nas diversas indústrias. Aconselha o desenvolvimento de projectos industriais como forma de recuperar a estagnação dos países.¹⁹

¹⁸ PINHO, 1966: 59-60

¹⁹ Idem.

3.3.3. *Teoria dos Pólos de Crescimento*

Elaborada pelo francês Perroux- esta numa posição eclética em relação as duas. Afirma que o desenvolvimento deve ser na base de pólos de crescimento ou “unidades complexas” que operem em regiões específicas, cujos efeitos serão a aglomeração- por exemplo as minas, o que facilitara a construção de uma nova vida por parte de um número considerável de beneficiários, criará o efeito de complementaridade- criará-se uma rede de trocas que poderão ultrapassar o território nacional, o que pode resultar ao surgimento de “mercados comuns”.

3.3.4. *Teorias Colectivistas de Desenvolvimento*

Inspira-se nas ideias marxistas-leninistas, e na experiência Soviética e Chinesa. Preconizam a conquista de poder e a criação de uma economia social e colectivista, como condições essenciais para o desenvolvimento. Assim, proclamam a eficiência do plano, em vez dos mecanismos de mercado e a necessidade dum partido proletário para representar a colectividade, é sobretudo a intervenção do estado.²⁰

Convencionalmente as teorias de desenvolvimento se circunscrevem em dois paradigmas, com diferenças nas suas medidas.

3.3.5. *Teoria de Modernização*

Uma colecção de perspectivas dos anos 50-60, e que continua até hoje a influenciar o desenvolvimento. Compreende o envolvimento de técnicos e administradores em grandes planos de desenvolvimento, e, esses são essencialmente os modernizadores²¹

Assim, a modernização será vista como movimento progressivo com destino a

²⁰ Idem.

²¹ Ocidentais ou nacionais, instituições ou ONG's, desde que as suas intervenções visem transformar os comportamentos económicos directamente, e os não económicos indirectamente. In. SERDAN, J.P.O. Revista Internacional de estudos Africanos.nº 12 e 13. Jan- Dez. 1990.

tecnologia complexa e forma integrada de sociedade moderna, onde a industrialização, a transição da agricultura de subsistência a do mercado, a urbanização são elementos fundamentais para este processo.

Tem se esta teoria, que é fundamentalmente do norte, o modelo para o resto das nações do mundo neste caso o sul, tido como subdesenvolvido e, é muito optimista quanto ao alcance do tal desenvolvimento, daí á implantação dos planos quinquenais, sobretudo logo depois da segunda guerra mundial. Mas, na década de 60 esta não responde eficazmente a vários problemas, portanto muitos projectos viram a sua implantação inadequada, e a crítica não tardou surgir: e incorrecto que esta opere sob modelo ocidental- na verdade pesquisas antropológicas mostraram que o desenvolvimento poderá ser alcançado sob várias formas, nunca se pode generalizar por as sociedades serem diferentes- as rivalidades étnico-religiosas são um exemplo de reacção a modernização.²² Na verdade as culturas e as subculturas são ignoradas pelos planejadores, que são um grande constrangimento.

A modernidade ignora as implicações políticas a nível micro. Assume que enquanto houver desenvolvimento, toda a população se beneficia. Mais uma vez, a Antropologia e a Sociologia mostraram a vida não é tão assim fácil. Mesmo em regiões de crescimento económico substancial, os níveis de pobreza continuam a ser crescentes.²³ Também ela ao assumir que todos teriam uma linha de evolução, ela negligencia os factores históricos e político das nações específicos.

²² Veja AHMED, 1992.

²³ MONSLEY, 1992 citado por Gardner.

3.3.5. *Teoria de dependência*

Corresponde ao primeiro grupo que explica o desenvolvimento em termos político-histórico.²⁴ Este grupo dedicou-se a estrutura do desenvolvimento desigual na relação entre o norte e o sul em termos de comércio. Esta teoria refere que o desenvolvimento é um processo essencialmente desigual: enquanto umas nações, poucas, se tornam ricas, outras tantas ficam mais pobres.

Como muitos marxistas, os seus estudos foram essencialmente históricos: antes de serem não desenvolvidos, os países do sul, ficaram não desenvolvidos devido ao processo imperial e a exploração pós-imperial. E o modelo para descrever tal situação é o do Centro e Periferia.²⁵ Este apresenta o norte como o centro capitalista, e, o sul como a periferia em que durante a dominação colonial as economias foram integradas no capitalismo, mas em bases diferentes e, a periferia tornou-se dependente do centro.

A teoria de dependência considera o subdesenvolvimento uma estrutura política específica. Assim, as políticas de melhoramento advogadas pela modernização, não funcionam nesta teoria, por não se referir as causas do subdesenvolvimento. A teoria de dependência sugere a solução destes problemas através de uma mudança radical na estrutura económica.

Em relação as crítica: e o facto desta assumir a periferia passiva, e perigosa por advogar uma mudança radical na estrutura económica.

Em resumo as duas teorias são politicamente opostas, uma é liberal a outra é de tendência marxista, mas tem algo em comum: ambas são evolutivas, assumem a evolução como linear, são baseadas na epistemologia racionalista, conhecimento.²⁶

²⁴ São os da Economic Commission of Latin América- um grupo de estudiosos radicais influenciados pelo Marxismo.

²⁵ WALLESTEIN, 1974. Citado por Gardner.

²⁶ HOBERT, 1993. Citado por Gardner.

Porém, na década de 1990, assiste-se, ao desajustamento completo destas teorias em face duma nova dinâmica sócio-político e económica.

